



**Conselho Municipal de Saúde
do Rio de Janeiro**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Ref.: 10/01/2017

Aos dez dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, em convocação para realização da reunião ordinária no período das quatorze às dezoito horas, no Auditório Meri Baran, Centro Administrativo São Sebastião/CASS, reuniu-se pelo segmento dos usuários – conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa (Associação Carioca de Distrofia Muscular – ACADIM); conselheira Júlia Daniela de Castro (Federação das Associações de Moradores do município do Rio de Janeiro - FAM-RIO); conselheira Maria de Fátima Silva Pinto (Associação Mulheres Guerreiras); conselheiro Rene Monteiro de Almeida Junior (Grupo pela Vidda – GPV/RJ); conselheiro Wilson Nilson da Rocha (Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro - FAAPERJ); conselheira Márcia Vera Vasconcellos (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro – FAMERJ); conselheira Angélica dos Santos da Silva (Associação dos CAPSI do município do Rio de Janeiro); conselheiro Carlos Norberto Varaldo (Grupo Otimismo de Apoio ao Portador de Hepatite C); conselheira Maria da Glória Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 1.0); conselheira Maria Edileusa Braga Freires (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); conselheiro Ozeas Lopes Farias (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2); conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); conselheira Maria Angélica de Souza (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2); conselheiro suplente Manoel João Santana (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2); conselheira Margarida Maria Azambuja Frouf (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3); conselheiro suplente José Cosme dos Reis (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3); conselheiro Adelson Gunzburger (Conselho Distrital de Saúde da AP 4.0); conselheiro Ludugério Antonio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1); conselheiro Mauro André dos Santos Pereira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2) e conselheiro Geraldo Batista de Oliveira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3). Pelo segmento dos profissionais de saúde – conselheira Maria José dos Santos Peixoto (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro- SASERJ); conselheiro Marcos Ferreira de Menezes (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ); conselheira suplente Miriam Andrade de Souza Lopes (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ); conselheira Vivian Peixoto Nogueira (Sindicato dos Enfermeiros do Estado do Rio de Janeiro - SINDENFRJ); conselheira Sheila Aguiar Marino (Sindicato dos Fonoaudiólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINFERJ); conselheiro Wagner Gomes Bezerra (Sindicato dos Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais, Auxiliares de Fisioterapia e Auxiliares de Terapia Ocupacional no Estado do RJ – SINFITO); conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINDPSI) e Conselheiro Jairyly Guimarães Simplício (Sindicato dos Cirurgiões Dentistas do Estado do Rio de Janeiro). Pelo segmento dos gestores/prestadores de

serviços – **conselheiro Carlos Eduardo (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); conselheira suplente Patrícia de Albuquerque Ferreira (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); conselheira Ludmila de Carvalho Cardoso (Secretaria Municipal de Saúde – SMS); conselheira Cristina Guedes Veneu (Viva Rio); conselheiro Arthur Monteiro Bastos (Federação das Misericórdias e Entidades Filantrópicas e Beneficentes do Estado do Rio de Janeiro); conselheira Carmen Sandra Portugal Nogueira (Fundação Amélia Dias de Assistência ao Menor e Adolescente Portador de Necessidades Especiais – FAMAD); conselheiro suplente Carlos Henrique Alves Junior (Fundação Amélia Dias de Assistência ao Menor e Adolescente Portador de Necessidades Especiais – FAMAD) e a conselheira Maria Lúcia Freitas Santos (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ).** A reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ), iniciou-se em segunda e última convocação às quatorze horas e trinta minutos de acordo com o Regimento. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** dá boa tarde a todos e chama os conselheiros que comporão à Mesa: Para a Coordenação dos trabalhos: a **presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**. Para compor no auxílio a coordenação dos trabalhos é chamada a **conselheira Patrícia de Albuquerque Ferreira** (gestor). Dos representantes usuários são chamados: **conselheira Júlia Daniela de Castro e conselheira Angélica de Souza**. Contudo, como ainda não chegou, pediu a **conselheira Maria Angélica de Souza** para substituí-la até que chegue. Dos representantes dos profissionais de saúde é chamado o **conselheiro Wagner Gomes Bezerra**. Lembrou aos conselheiros que foi distribuída a Ata de 08/11/2016 para apreciação dos mesmos. **Leitura da Pauta:** conselheira Patrícia de Albuquerque Ferreira. **Secretariando:** conselheira Júlia Daniela de Castro. **Controlador do Tempo:** conselheira Angélica de Souza. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** passa a coordenação dos trabalhos para a **presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes**. Deu boa tarde a todos desejando que sejam bem-vindos. Informa que a leitura da pauta será feita pela **conselheira Patrícia Albuquerque**. **Assuntos pautados:** distribuição da Ata de 08/11/2016. **1)** deliberação da Ata de 11/10/2016. **2)** deliberação dos processos: **09/004205/2015**. Assunto: Apresentação de documentos para Chamada Pública n.º 007/2015 – TRS. RenalVida - **AP 3.3. 09/101418/2006**. Assunto: Cadastramento de Alta Complexidade em Neurocirurgia. Hospital dos Servidores do Estado - **AP 1.0. 09/002038/2016**. Assunto: Habilitação como Centro de Referência de Reabilitação em Medicina Física do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira - **AP 3.1. 09/004357/2014**. Assunto: Atenção Especializada em Oncologia do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira - **AP 3.1.** – 15 minutos **3) Apresentação do Secretário Municipal de Saúde.** **4) Comissão de Educação Permanente** (Capacitação: Contratualização em Saúde, Acompanhamento de Contratos e Habilitação) - **30** minutos. **4.1** – Desligamento a pedido de Conselheira da Comissão. **4.2** – Referendar Comunicado de Desligamento de membros da Comissão devido ausências. **5) Comissões do Conselho Municipal de Saúde - 10** minutos. **6)** Escolha da Comissão Eleitoral para eleição da Comissão Executiva e substituto do Presidente. **7) Informes da Secretaria Executiva - 10** minutos. **8) Informes do Colegiado - 30** minutos. A **Conselheira Patrícia Albuquerque** fala para a presidenta que depois da leitura da pauta, a mesma terá que ser submetida à votação. A **presidenta Fátima Lopes** coloca em votação a pauta que é aprovada pela maioria simples. A **conselheira Patrícia Albuquerque** fala sobre a deliberação da Ata de 11/10/16, que é colocada em votação pela presidenta, sendo aprovada por maioria simples com uma abstenção. Começa o ponto dois da pauta: Informou que a leitura dos processos será feita pela **conselheira Patrícia Albuquerque** e colocado em votação pela **presidenta Fátima Lopes**. **Processo 09/004205/2015**, trata-se de apresentação de documentos para Chamada Pública n.º 007/2015, da RenalVida Matriz, localizada na Avenida Monsenhor Félix, nº 47 Loja A, Vaz Lobo. CNPJ: 04.397.894/0001-56. Os Autos estão instruídos com os seguintes

documentos: **01) Folha 04** – Declaração da RenalVida. **02) Folha 05** – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES. **03) Folha 06** – Relação de Serviços oferecidos. **04) Folha 07 a 10** – Proposta de Preço. **05) Folha 11** – Declaração de veracidade das informações prestadas. **06) Folha 12** - Instalações físicas e equipamentos disponíveis. **07) Folhas 16 a 25** – Contrato Social. **08) Folha 29** – Certidão Negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à dívida ativa da União. **09) Folhas 45 a 52** – Relatório Técnico de Inspeção. **10) Folhas 60 e 61** – Relação do Corpo Clínico. **11) Folhas 77 e 135** – Termos de Visita nº 1089 e 1980/2016. **12) Folhas 79 a 86** – Contrato de prestação de serviço. **13) Folhas 90 a 93** – Escala Médica. **14) Folhas 103 a 106** – Contrato de prestação de serviços de assistência técnica. **15) Folhas 111 a 118** – Relatório Técnico de Inspeção. **16) Folha 127** – Relatório da Comissão Executiva do CDS da AP. 3.3 . **17) Folha 148** – Ata do CDs da AP. 3.3 aprovando a Chamada Pública. “À Plenária do Conselho Municipal de Saúde, com Parecer positivo dessa Comissão Executiva para aprovação após análise dos Autos”. Colocado em votação o processo é aprovado pela maioria simples com duas abstenções. **Processo 09/101418/2006**, trata-se do Volume 3 do processo em tela, referente ao Cadastramento de Alta Complexidade em Neurocirurgia do Hospital dos Servidores do Estado. Os Autos estão instruídos com os seguintes documentos: **01) Folhas 601 a 612** – Quadro sugerido de funcionários, avaliação da qualidade dos serviços de preparo e demais informações da Unidade. **02) Folha 618** – Distribuição do quantitativo dos Fisioterapeutas nas Unidades de Terapia Intensiva e Enfermarias. **03) Folha 677** – Documento da Subsecretaria de Vigilância, Fiscalização Sanitária e Controle de Zoonoses. **04) Folhas 680 a 684** – Portaria nº 756 de 27/12/2005. **05) Folha 688** – Ofício nº 1294/GABDIR/HFSE/MS de 03/10/16, informando do encaminhamento de documentação necessária ao Credenciamento em Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Neurocirurgia. **06) Folhas 695 a 697** – CHECKLIST da S/SUBGERAL/CGCCA. **07) Folhas 700** – Ata do CDS da AP. 1.0 aprovando o Cadastramento de Alta Complexidade em Neurocirurgia. “À Plenária do Colegiado do Conselho Municipal de Saúde com Parecer positivo dessa Comissão Executiva para aprovação após análise dos Autos”. Rio de Janeiro, 03 de Janeiro de 2017. Colocado em votação os conselheiros votam e o processo é aprovado por maioria simples com uma abstenção. **Processo 09/002038/2016**, trata-se de Habilitação como Centro de Referência de Reabilitação em Medicina Física do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira, localizado na rua Bruno Lobo, nº 50 – Cidade Universitária, Ilha do Fundão. Os Autos estão instruídos com os seguintes documentos: **01) Folhas 04 a 13** – Com o Ofício nº 318/16 do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira. **02) Folhas 16 a 25** – Respectivamente com as Portarias nº 492 de 30/04/13, Portaria nº 818 de 05/06/2001 e Portaria nº 793 de 24/04/2012 da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde. **03) Folhas 26 a 35** – Com a Resolução SESDEC nº 777 de 13/08/2009 que aprova o manual de Credenciamento/Habilitação dos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares no Estado do Rio de Janeiro. **04) Folhas 40** – Termo de Visita nº 1134 de 2016. **05) Folhas 41 a 44** com o CHECKLIST realizado pela Auditoria da S/SUBGERAL/CGCCA/CSA. **06) Folhas 145** – Com o Despacho do Conselho Distrital de Saúde da AP. 3.1. **07) Folhas 157** – Com a Ata do CDs da AP. 3.1 aprovando a Habilitação como Centro de Referência de Reabilitação em Medicina Física, Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG). “À Plenária do Colegiado do Conselho Municipal de Saúde, com Parecer positivo dessa Comissão Executiva para aprovação após análise dos Autos”. Rio de Janeiro, 03 de Janeiro de 2017. Colocado em votação os conselheiros votam e o processo é aprovado por maioria simples com uma abstenção. **Processo 09/004357/2014**, trata-se do Volume 2 do processo em tela, referente a atenção Especializada em Oncologia do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira, localizado na

Rua Bruno Lobo, nº 50 – Cidade Universitária, Ilha do Fundão. Os Autos estão instruídos com os seguintes documentos: **01) Folhas 301 a 310** – Com CHECKLIST da S/SUBGERAL/CGCCA/CSA. **02) Folhas 315 a 319** – Relatório de Inspeção Sanitária da Superintendência de Vigilância e Fiscalização Sanitária em Saúde. **03) Folhas 321 e 322** – Ofício nº 290/16 informando o cumprimento de pendências. **04) Folhas 380** – Termo de Visita nº 1966. **05) Folhas 381 a 411** – Formulário de vistoria realizado pela S/SUBGERAL/CGCCA/CSA. **06) Folhas 436 a 441 e 520 a 525** – Termo de Contrato nº 04/2016. **07) Folhas 443 a 458** – Termo de Contrato nº 09/2011. **08) Folhas 545** – Ata do CDS da AP 3.1 aprovando a Atenção Especializada em Oncologia do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG). “À Plenária do Colegiado do Conselho Municipal de Saúde, com Parecer positivo dessa Comissão Executiva para aprovação após análise dos Autos”. Rio de Janeiro, 03 de Janeiro de 2017. Colocado em votação os Conselheiros votam e o processo é aprovado pela maioria simples. A **presidenta Fátima Lopes** fala que em relação ao terceiro ponto: apresentação do Secretário de Saúde, passará a palavra para a **Conselheira Patrícia Albuquerque** que também é Assessora do Secretário. Tomando a palavra explica que a orientação e recomendação que teve é que o Secretário virá ao Conselho às 16 horas, enquanto isso irá adiantar a Pauta. Prosseguiu passando para o ponto quatro da Pauta: **Comissão de Educação Permanente** (Capacitação: Contratualização em Saúde, Acompanhamento de Contratos e Habilitação) - 30 minutos. É dada uma pausa, porque quem fará a palestra ainda não chegou. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima**, desejou boa tarde a todos. Informou a todos que a Comissão de Educação traz ciência ao Colegiado, o pedido da **Conselheira Maria Clara**, que tem o seguinte teor: “Comunicamos a serem tomadas, as devidas providências, junto a Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, acerca do desligamento a pedido e por motivos pessoais da **Conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa**, segmento usuário, representando a Entidade ACADIM na Comissão de Educação Permanente do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro”. O **Secretário Executivo David** reafirma ao Pleno que a **Conselheira Maria Clara** pediu desligamento da Comissão por motivos pessoais, ressaltando que já foram tomadas as providências e que a Conselheira já saiu oficialmente da Comissão. Também informa que a **Conselheira Sandra Portugal** está averiguando o que houve com a pessoa que irá dar a palestra, porque ainda não chegou. Disse que há outro ponto da Comissão de Educação Permanente: informa que enviaram para a Comissão Executiva que por sua vez enviou ao Colegiado, então inicia a leitura: “Considerando o que preconiza o artigo 29 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, esta Comissão deliberou na reunião de 09/06/2016, por unanimidade entre os membros presentes, que os membros ausentes e sem justificativa por período superior a cinco meses, seriam desligados da Comissão de Educação Permanente, sendo assim e, considerando que os referidos conselheiros nunca se fizeram presentes e nem justificaram suas ausências, solicitamos a devida alteração, ou seja, desligamento junto aos Órgãos competentes por parte dessa Comissão dos seguintes membros conselheiros: **Mauro André dos Santos Pereira**, segmento usuário, representando a AP. 5.2 e **Rene Monteiro de Almeida Junior**, segmento usuário, representando o Grupo pela Vidda”. O **Secretário Executivo David**, explica a presidenta e a todos que a Comissão está pedindo que os dois conselheiros, por nunca terem comparecido a Comissão, sejam desligados da mesma, pois não é justo terem os seus nomes na Comissão se não aparecem para trabalhar. Em seguida, pergunta ao **Conselheiro Ozeas Farias** que pertence à mesma Comissão, se não é isso que se trata. Este responde que sem dúvida é isto mesmo. A **Presidenta Fátima Lopes** comunica a todos para fazerem levantamento em suas respectivas Comissões, verificando se têm conselheiros que faltam e não justificam

para que se possa fazer o desligamento e não haver discriminações, porque a mesma foi contra, pois acha que o conselheiro é que tem que pedir para sair, mas como a Comissão Executiva deliberou e as duas. A **Conselheira Maria José Peixoto** interrompe, dizendo que se um conselheiro não comparece é porque já pediu para sair, porque não tem interesse. A **Presidenta Fátima Lopes** concorda mas diz que a Lei e o Estatuto rezam que isso tem que ser trazido para o Colegiado. O **Conselheiro Ozeas** pede um esclarecimento, uma defesa, dizendo o que incomoda os membros da Comissão e que deviam incomodar a todos também é que se na organização das Comissões as pessoas se apresentam demonstrando o desejo de participar, mas aí passa um ano sem participar e não dá uma satisfação. Segundo o conselheiro, acha que isso é a pior qualidade, de maneira que eles da Comissão não tem que pedir licença a ninguém, pois foi o membro que se isentou e não eles que o excluíram, quem se excluíram foram eles, então nesse anexo está à justificativa deles. Ressalta que levantou essa questão na Comissão que era necessário, também para dar oportunidade para outros conselheiros porque a Comissão precisa, porque quando a pessoa quer se eleger conselheiro quer tudo, mas na hora de comparecer, some, justifica que não foi porque isso etc. mas o conselheiro não sabia que era assim, então não se justifica, concluindo o **conselheiro Ozeas** se despedindo, agradecendo e se desculpando. Seguem-se aplausos e depois uma discussão curta. A **Conselheira Maria Angélica** fala que cada um permanece na comissão que quiser, mas gostaria de lembrar que foi colocada no Conselho a obrigatoriedade de cada conselheiro compor uma Comissão, não se pode esquecer isso. Então se a pessoa colocou o nome, mesmo com suas dificuldades, acha que é muito precipitado nesse momento. Ressalta que essa é a opinião que tem, de excluir sem que essas partes se manifestem, porque foi dito numa reunião, não sobre a obrigatoriedade, pois obrigado ninguém é, mas a necessidade de cada conselheiro compor pelo menos uma das Comissões. Por isso, está se manifestando em defesa dos ausentes. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** informou que cabe um esclarecimento: A Lei 5.104 do Regimento, tanto a Lei quanto o Regimento rezam que o conselheiro que tiver três ausências seguidas ou seis intercaladas, será pedido a Entidade que seja substituído, isso para ser substituído no Conselho, esse é o primeiro passo. A Lei também reza no Regimento, lógico segue a Lei: que cada conselheiro deve pertencer no mínimo há uma Comissão, no mínimo. Então todo esse processo, essas Comissões já funcionam há um ano, todo esse processo pode contribuir até para o pedido de saída, dos conselheiros do próprio Conselho para que suas Entidades venham tomar providências para a substituição de conselheiros, porque se os conselheiros não estão dando conta de comparecer ao Conselho a Entidade é que está prejudicada. Portanto, todos têm que analisar isso. A Comissão pediu, fez uma medida disciplinar prevista no Regimento, então a Comissão alega que os conselheiros nunca compareceram a uma reunião sequer. Então é isso que todos têm que tomar cuidado. A questão da decisão do Colegiado é baseada na Lei, porque o Colegiado não pode tomar decisão que não esteja baseada na Lei. O **Secretário Executivo David** diz que irá ler para todos o que diz a Lei para poderem decidir com justiça e não terem nenhum problema mais tarde. É evidente que este Conselho está tendo vários problemas de faltas e a Comissão Executiva já determinou para se fazer uma apuração geral de faltas e o procedimento a ser adotado será igual a este, pois tem conselheiros inclusive os aqui citados que não faltam só a reunião da Comissão, tem faltado as reuniões do próprio Conselho. Finalizando, afirma que era isso que queria esclarecer. A **Presidenta** chama os conselheiros um a um para falar. **Conselheiro que não se identificou** pede esclarecimento. Tomando a palavra disse que fará uma complementação ao que o Secretário Executivo David falou, porque está preocupado com a questão de que tudo o que foi colocado que está no Regimento e do Estatuto, está correto.

Entretanto faz uma pergunta sobre a questão da vacância, porque a exclusão de dois ou três conselheiros de uma Comissão pode fechar essa Comissão ou não? Tem que prever se os Conselheiros ao sair quando serão chamados outros para substituí-los. A **conselheira Maria José Peixoto** deseja boa tarde a todos. Fala que se todos avaliarem os faltosos do Conselho, não é só do segmento da sociedade civil, pois está falando do segmento dos gestores que não comparece a reunião quando o Secretário Executivo ou uma apresentação é feita no Pleno. Ressalta que tem comissões de gestores, por exemplo, que nunca compareceram e ninguém trouxe os nomes destes para ser excluído da Comissão. Disse que estória é essa. Coloca para a presidenta Fátima Lopes que os conselheiros precisam discutir, porque são os responsáveis pelo Conselho, é o Plenário, então precisam discutir com os parceiros trazendo-os para o debate, para discussão e não excluir a pessoa por excluir, porque ninguém vai para frente excluindo. Em seguida fala para o Secretário Executivo e Conselheiro David Lima que ele sabe muito bem, que discordou do Regimento Interno do Conselho, porque tem pontos do Regimento que nunca votou porque tipo assim é um ‘tapete’, então sempre ganha a maioria, é um jogo quem está dentro ganha, quem está fora perde. Disse que prefere perder na discussão com posicionamento firme do que ganhar no ‘tapetão, pois quer ganhar na política, na seriedade e na defesa da sociedade. A **Presidenta** agradece a participação da conselheira Maria José. Aplausos. A **Presidenta Fátima Lopes** informa que já houve defesa a favor e contra, no caso da **conselheira Maria Clara** que pediu para sair, pergunta para o Colegiado se acata e, se pode colocar em votação a exclusão dos dois conselheiros. A **conselheira Júlia Daniela** pede para esclarecer, porque não entendeu como será a votação. O **Secretário Executivo David Lima** pede para esclarecer porque há misturas sobre a exclusão dos conselheiros e da saída voluntária da **conselheira Maria Clara**, já que os três conselheiros pertencem à mesma Comissão. Segue-se um burburinho no auditório. Tomando a palavra, a **Presidenta** diz que não precisa de esclarecimento, porque explicou que a **conselheira Maria Clara** pediu para sair por vontade própria, mas em relação aos dois conselheiros, foram os Membros da Comissão de Educação Permanente que pediram para que fossem excluídos. Então colocando em votação. Ponto 1 – Pergunta quem aprova ou não a exclusão dos Conselheiros Mauro e Rene da Comissão de Educação Permanente. Ponto 2 – Pergunta se a Plenária acata ou não a exclusão dos dois Conselheiros dessa Comissão. O **Secretário Executivo David Lima** irá ler novamente o pedido da Comissão de Educação Permanente: “Considerando o que preconiza o artigo 29 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, esta Comissão deliberou na reunião de 09/06/2016, por unanimidade entre os Membros presentes, que os Membros ausentes e sem justificativa por período superior há cinco meses, seriam desligados da Comissão de Educação Permanente, sendo assim, e considerando que os referidos Conselheiros nunca se fizeram presentes e nem justificaram ausência, solicitamos a devida alteração, para o desligamento junto aos Órgãos competentes por parte dessa Comissão dos seguintes Membros conselheiros: **Mauro André dos Santos Pereira**, segmento usuário, representando a AP. 5.2 e **Rene Monteiro de Almeida Junior**, segmento usuário, representando o Grupo pela Vidda”. Afirma ainda que nenhum dos dois estão presentes hoje no Conselho. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** diz que quem for a favor da exclusão tem que levantar o crachá. A **Presidenta** pede para votarem sobre essa matéria. Votação finalizada começa a contagem dos votos feita pelo **Secretário Executivo David Lima**, que lê o resultado: 11 votos favoráveis, 05 contra e 06 abstenções. Portanto, aprovada a exclusão dos referidos conselheiros. A **Presidenta Fátima Lopes** anuncia que foi aprovado por maioria simples do Colegiado. Nesse momento sua fala é interrompida pela **conselheira Maria José Peixoto** dizendo que não, porque considerando os contra e abstenções não houve maioria. O **Secretário Executivo**

David Lima assumiu o microfone dizendo que foi sim maioria simples e, pediu a conselheira para que consulte o Regimento Interno do Conselho. Segue-se um burburinho no auditório. A **Presidenta** pede calma a todos. A **conselheira Patrícia Albuquerque** passa para o ponto quatro da Pauta: **Comissão de Educação Permanente** (Capacitação: Contratualização em Saúde, Acompanhamento de Contratos e Habilitação). Pediu ao palestrante para se apresentar. O **Coordenador André Ramos** desejou boa tarde a todos, informando que não estiveram presentes nas capacitações anteriores porque é o Coordenador do Setor de Contratualização e Acompanhamento da SMS; Setor esse que é ligado à Coordenadoria Geral de Contratualização, Controle e Auditoria. Ressalta que a etapa da Habilitação de hoje, faz parte de um movimento que a CGCCA tem feito de aproximação do Setor da CGCCA e o Conselho Municipal de Saúde, porque perceberam a importância do Controle Social estar, de fato, acompanhando e se apropriando dos processos que dizem respeito ao Setor da CGCCA. Por isso, fizeram um módulo inicial em que trouxeram o conceito da Contratualização; o que chega ao Conselho é uma Chamada Pública; como as Unidades se apresentam para se credenciarem e prestarem Serviços por Contratos e Convênios com o SUS. Afirma que mostraram a evolução do Setor da CGCCA, pois há dois anos quando chegaram tinha cerca de cem Unidades prestando Serviço para a Prefeitura; entre Hospitais Universitários que a CGCCA contratualiza, Unidades Filantrópicas, Unidades Privadas, em torno de 10% a 15% apenas tinham contrato regularizado, por vários motivos: por vínculo já histórico sem formalização; por ter expirado o Contrato e não ter tido tempo de renovar. Entretanto conseguiram mostrar que atualmente estão com quase 90% dos contratos já regularizados. O **Coordenador André** disse que falaram um pouco sobre as Habilitações: como se dá o processo, por exemplo, quando uma Unidade quer implantar um Serviço, quer implantar um Setor de CTI, quer implantar um Serviço de implante auditivo; para isso é necessário que o Ministério da Saúde habilite esses Serviços que também passam pela CGCCA. Então mostraram como se dá todo esse processo, quais são os documentos necessários, o que é visto para se conceder as Habilitações. Ressalta que hoje é a última etapa do movimento de Capacitação, de troca entre o Conselho e a CGCCA, que diz respeito ao acompanhamento dos Contratos, assim, tão importante ou até mais importante do que ter o Contrato firmado, assinado, com suas metas definidas, com suas cláusulas bem estabelecidas; é o Setor ter condições de acompanhar esse Contrato, é estar periodicamente analisando, avaliando se as Unidades que fizeram Contrato estão, de fato, cumprindo o que foi estabelecido. Se os usuários estão sendo bem atendidos. Se as vagas estão sendo ofertadas pelo SISREG, então são essas atribuições que o pessoal da CGCCA, procura ver no momento de estar acompanhando esses contratos. Disse que irá passar o slide mas quem tiver alguma dúvida, se quiser interromper em algum momento ou mesmo no final, como a Mesa achar melhor, estão abertos a fazer depois o debate. Passando o slide informou que esse é o Setor da CGCCA. Então o objetivo conceitual de um acompanhamento é garantir que o serviço será prestado, de acordo com o que está previsto no contrato ou no convênio. Então para que um contrato ou um convênio seja bem gerenciado não pode continuar na informalidade. Pediu para tentar imaginar uma Secretaria do tamanho da importância do Rio de Janeiro, ter grande parte da sua prestação de serviços, sem o contrato publicado, sem o contrato formal, isso era uma realidade, mas hoje no Rio de Janeiro é exceção. Ressalta que o pessoal da CGCCA foi em algumas ocasiões a Controladoria do Ministério Público, que mostra que grande parte dos contratos do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil as prestações de serviços se dão sem contrato. Por isso, ficam todos fragilizados e expostos, quem presta serviço a Prefeitura ou ao Estado paga, mas não se tem o Instrumento formal, assinado e publicado que dê força da garantia desse processo. Então tem que sair da informalidade, e eles no próprio nome do setor que é a Coordenadoria Geral de

Contratualização, Controle e Auditoria, sabemos da importância de estar fazendo o Controle e Auditoria desses processos junto com os Órgãos de Controle, os Tribunais de Contas, o Ministério Público e por aí vai. Esse acompanhamento está previsto nas legislações vigentes, a própria lei 8.666 de 1993 reza que tem que ter um gestor, um fiscal para cada contrato. Esse é um dever da Administração Pública que um representante da Administração tem que estar designado para esse acompanhamento. Disse que tinha, antes de sua chegada a CGCCA, uma comissão única de acompanhamento, tinha publicado em torno de dez há quinze servidores, que eram responsáveis por acompanhar todos os contratos que tinha prestação de serviços. Então entenderam o que é de todo mundo, acaba sendo de ninguém e, acabaram não tendo como responsabilizar, diretamente, em caso de alguma intercorrência no contrato, como iriam atribuir uma Comissão tão grande. Portanto, implantaram a época uma comissão específica de quatro a cinco pessoas para cada contrato. Informou que hoje, cada contrato tem sua comissão instituída que era composta por um membro da Contratualização, um membro da parte de Controle e Avaliação que é a área que examina a questão da produção, do registro; um membro da Auditoria que é quem vai “in loco” verificar as questões nas Unidades. Tem também um membro da Unidade, publicada no Diário Oficial que é o representante da Unidade também que faz parte dessa comissão. Informou que agora, mas não sabe se todos têm conhecimento, que o Prefeito publicou que quer que todos os contratos, além dessa comissão tenha um gestor no contrato. O Prefeito está refinando ainda mais uma proposta que a CGCCA tinha, de ter bem claro, quem era o responsável direto por cada contrato. Agora fica complicado, uma pessoa com essa responsabilidade de gestor do contrato. Ressalta que o contrato que está falando é aquele que abre a Chamada Pública para Reabilitação ou Fisioterapia, Credenciamento e, aí vem as Clínicas de Prestadores Privadas e dá exemplos, citando Serviços e os Prestadores de cada serviço: Serviço TRS é a GAMEN, Serviço Imagem é Guanabara etc.. Informa que está falando desses contratos e também dos contratos dos Hospitais Universitários, pois cabe a CGCCA fazer esses contratos, apesar do repasse dos Hospitais Universitários Federais serem feito pelo Ministério da Saúde. O Fundamental para a Comissão de acompanhamento de Contratos é que a comissão conheça detalhadamente o contrato e suas cláusulas para que seja cumprido da melhor forma possível para que reflita em um bom atendimento para o usuário lá na ponta. É importante ter sempre um representante da contratada bem próximo para esclarecer quais são as cláusulas, tirar dúvidas, cobrar da contratada as atribuições que percebem como pendentes, além da CGCCA está sempre aberta a explicar qualquer coisa, que a Contratada, não estiver entendendo no processo. A participação efetiva do representante da Unidade é um fator fundamental. Então vai ter várias fases: A CGCCA vai orientar o prestador sobre as cláusulas do contrato, vai fiscalizar, vai ser um parceiro nessa construção, mas também a CGCCA tem que exercer o poder público da fiscalização, penalizando quando for o caso, pois todos os contratos têm cláusulas que prevêem penalizações, penalizações que podem vir como advertência, como multa e até chegar a casos mais contundentes de interdição, de intervenção do tipo: Uma Unidade não tem equipamento mínimo para atender os pacientes ou com a falta de RH ou não atendem as Comissões da Vigilância Sanitária ou não oferecem as vagas, a contento, para o SISREG ou então um caso real e até recente, foi de uma Unidade que cobrou pelo paciente que veio pelo SUS. Então são coisas que às vezes aparecem. Além da ouvidoria e da própria atuação do Conselho apontando esses casos é muito importante uma comissão permanente acompanhando para poder minimizar essas intercorrências. Essas comissões têm uma programação de reuniões trimestrais, ou seja, a cada três meses tem uma reunião regular de acompanhamento mas é muito comum que antes disso, também se estabeleçam contatos que não estão programados com essa rotina. Então

quando a equipe chegou à CGCCA no final de 2014, tínhamos como cenário os processos administrativos não padronizados, então como tínhamos uma Comissão única e cada membro dessa Comissão aleatoriamente montava seu processo de acompanhamento, não havia uma coordenação para determinar um padrão, mas hoje a CGCCA constitui um modelo e passou para cada comissão dizendo: “o modelo de acompanhamento é esse”, claro que cada um vai ter o seu perfil, a sua forma de conduzir, mas existe um modelo em que etapas mínimas comuns têm que ser cumprida no formato do acompanhamento. O **coordenador André** diz que os relatórios também não eram padronizados, encontraram vários relatórios de acompanhamento inseridos no processo sem assinatura, o que acaba não tendo nenhum valor legal. Ressalta que os relatórios foram até bem feitos, bem especificados, mas por não terem a assinatura do responsável acabavam não tendo valor, muitos relatórios soltos, pois se o relatório não acaba fazendo parte de um processo constituído, não faz sentido. Também não havia encaminhamentos, pois tinha o relatório que apontava algo, mas não encaminhava para consequência, daí o que fazer com isso: mostrar para o gestor aplicar um sansão, chamar o prestador para se explicar. Informou que encontraram muito disso solto sem uma definição de conduta a ser seguida, mas hoje em dia conseguiu-se avançar bastante, como ele disse antes, tem os modelos padronizados, quando chegaram os contratos estavam acompanhados até 2013, 2014 no máximo. Informa que hoje conseguiram intensificar na CGCCA, montaram uma equipe bem comprometida, tanto que estão com quase todos os processos praticamente acompanhados até 2016. Ressalta que no Conselho Municipal de Saude tem representantes de Unidades que podem, depois, dar o depoimento que eles vêm sendo chamados para fazerem acompanhamentos, também podem dar relatos, sobre a experiência deles, nesse processo que a CGCCA tem implantado. Prosseguindo com o slide “aqui rapidamente é só o padrão”, o que consta no processo de acompanhamento. Então todas as Comissões recebem isso em forma de checklist para terem certeza que todos esses documentos fazem parte do processo de acompanhamento: abertura do processo; a cópia do Contrato, pois para acompanhar tem que ter bem claro o que o Contrato prevê; o Ofício da Unidade mostrando quem a Unidade colocou como representante desses Contratos. Essa Comissão de Acompanhamento é publicada em Diário Oficial e todas as reuniões são feitas com Ata. Afirmo que algo importante foi que eles mudaram a cultura do Setor (CGCCA), pois tinham reuniões que participava um membro da Comissão e um representante de uma forma meio obscura. Hoje são no mínimo dois representantes, não se permite mais nenhuma reunião que não seja transparente, que não seja agendada previamente, tem que ter também a ata registrada para poder impedir e evitar qualquer tipo de aproximação indevida entre o Poder Público e o Prestador Privado. Eles apresentam para o Prestador o cronograma, quais serão as datas das reuniões e as faltas. E o que é importante eles mantêm contato direto com a Central de Regulação para que a Central de Regulação ao construir a agenda do SISREG e do Prestador, que o Prestador saiba qual é a grade dele que está no Contrato. Então a grade que o Prestador se compromete a executar pelo Contrato tem que estar alinhado com a agenda do SISREG, pois ele irá colocar na agenda tudo que a Unidade pactuou com a CGCCA, mas se a CGCCA não estiver acompanhando de perto, as vezes ocorre que a Unidade não dá a grade toda para o SISREG, acaba fazendo outras portas de entrada, então essa participação da Regulação com a CGCCA é muito importante e tem sido incentivada. Basicamente o que a Comissão faz é pegar os dados da produção, por exemplo, se foi contratado um serviço de mamografia em que o Prestador vai executar 50 mamografias por mês, a Comissão vai até a Unidade por um período de três meses, vai pegar no TABNET, que é o Sistema que registra essa produção e vai ver: “você fez um acordo comigo que iria produzir 50 mamografias por mês, mas estou vendo que só fez 30, porque que você não cumpriu as 50?”.

Então o Prestador vai justificar porque não foi encaminhado ou porque quebrou o mamógrafo. Com isso a CGCCA vai entender e negociar junto ao representante. Também no SISREG a pessoa pode ver que o Prestador produziu as 50 mamografias que foi acordada, mas só deu 30 vagas para o SISREG, então isso será questionado, pois o Contrato é bem claro: todas as vagas têm que estar no SISREG, não se admite que o Prestador preencha 30 vagas para o SISREG e faça 20 mamografias por outra entrada e o SUS pagando ao Prestador por esse Contrato, então o Prestador é glosado (**obrigado a estornar**) nesses procedimentos em que as vagas não foram ofertadas. Tudo isso é possível com a participação da Comissão de Acompanhamento. Ressalta que tem que cobrar os documentos, pois os que estiveram presentes nas reuniões anteriores viram que por questão legal várias certidões são exigidas na hora de assinar o Contrato. Em relação a isso todos os Órgãos de Controle ficam cobrando, porque esses Órgãos exigem as Certidões Trabalhistas, Certidões do INSS, Certidões Fiscais, todas em dia para poder garantir que o Prestador esteja apto a contratualizar com o serviço Público. Por isso, quem faz o acompanhamento tem a missão de ficar de tempos em tempos, verificando se essas Certidões estão vigentes ou se a Unidade está caindo em alguma pendência, que possa comprometer o segmento dos Contratos. A Comissão de Acompanhamento também irá fazer o registro das Atas, vai organizar o processo instruindo direito para que fique bem organizado, digitar os relatórios de acompanhamento, colher as assinaturas e apresentar o cadastro de conformidade a Coordenação, que no caso é o próprio **coordenador André** que submeterá a Coordenação Geral do **coordenador Sérgio Aquino** para que o Setor tome alguma medida caso seja identificado alguma inconformidade. Avançando para o próximo slide, afirmou que montaram um Sistema online, porque o protocolo costuma ser bem extenso dependendo do escopo de serviços apresentados. Então informou que dispõe um Sistema online que assim que o Relatório é concluído encaminha para o responsável desse Sistema. O responsável irá construir um padrão resumido com os principais tópicos, que fica disponível para consulta via internet nesse Sistema do Relatório resumido. Prosseguindo com slide informou do logotipo na entrada do Sistema. Resumindo o acompanhamento propriamente dito vai incluir: as metas quantitativas, são as foram mencionadas e que vai verificar se a Unidade está cumprindo a quantidade de procedimentos, de serviços que se comprometeu a fazer pelo contrato: se é de oftalmologia, será que está oferecendo as 50 consultas de oftalmologia, será que está fazendo as 30 cirurgias de catarata, então essa é uma análise quantitativa, a Unidade produz a quantidade ao qual se comprometeu a cumprir. Também há uma série de metas qualitativas que diz respeito de algumas atitudes, algumas ações que a Unidade tem que fazer, dentro da própria Unidade e tem que comprovar para a CGCCA, que está fazendo isso, porque isso reflete em qualidade para o Usuário, exemplos: o prestador da Unidade tem que comprovar que os usuários não estão demorando mais de 30 minutos numa fila de espera; também tem que comprovar que não demarcou um número grande de consultas em virtude de falta de equipamento ou de falta de profissional. Se for em uma Unidade hospitalar, o prestador precisa mostrar que existe uma Comissão de infecção hospitalar constituída, uma Comissão de avaliação de prontuário, então dependendo de cada serviço, a CGCCA estipula uma série de metas qualitativas, que as Unidades enviam por relatório para que eles tenham essa noção que as Unidades estão cumprindo os requisitos básicos que levam a qualidade do serviço. Portanto, essa Comissão também tem a atribuição de estar verificando essas metas de qualidade. Também a parte orçamentária é importante, cada contrato tem o seu teto financeiro, quando se coloca o total de procedimentos que a Unidade está ofertando e coloca o valor da tabela SIGTAP nesse procedimento, gera um teto, então vão analisar as duas situações ou se a Unidade está produzindo um valor muito baixo do seu próprio teto, que pode significar que a Unidade não está cumprindo com a

produção que se esperava, ou a Unidade pode estar fazendo até muita quantidade de um procedimento, mas que é mais barato, mas na verdade a CGCCA quer um procedimento, quer uma cirurgia mais cara, então faz uma análise financeira. Também há o inverso, que é algo positivo para a Unidade, pode acontecer que ela produza um valor de 50 mil por mês e o Contrato só prevê 40 mil por mês, então ela perde 10 mil por mês, por alguma questão no Contrato que não estava programado ou estava fazendo alguma coisa que não estava prevista, então até a Unidade poder identificar onde isto está e adequar ao Contrato também é importante. Essa análise orçamentária é importante. Ressaltou que já falou do SISREG, entretanto reafirma que tudo que não é ofertado pelo SISREG é glosado. O prestador contratado que não trabalha com o SISREG não recebe por procedimento, isso está bem claro: “corre no privado”, então se a pessoa for com seu plano de saúde e o Prestador Privado não deixar claro para o plano de saúde que ele atendeu aos requisitos o Prestador não vai receber. Algumas regras a CGCCA coloca o Prestador e essa regra para o SISREG é fundamental, considerado pela equipe como a cláusula pétrea, que não estando no SISREG não há repasse financeiro, porque sabem que há filas imensas, da dificuldade que a população tem de conseguir vários exames, então não é admissível que contratem uma Unidade pagando-a mensalmente, em troca não dá essas vagas para o SISREG. O **coordenador André** afirma que também serão verificadas as cláusulas contratuais: examinar se o cadastro está no CNES, no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde se está tudo atualizado, porque se a Unidade fez a produção de um profissional que não está no CNES, também será glosada. A CGCCA ajuda as Unidades a manter os cadastros em dia, como já disse, fazemos o acompanhamento dos documentos jurídicos fiscais. Finalizando sua explanação disse que basicamente é isso e, se tiverem algum comentário ou alguma dúvida estão à disposição. Aplausos. A **Presidenta** auxiliada pela **conselheira Julia Daniela** pergunta e anota os nomes dos inscritos para dar informe, tirar dúvidas, reclamar etc. Os nomes são anotados e serão chamados por ordem. A **Presidenta Fátima Lopes** chama a **conselheira Miriam Andrade**, que tomando a palavra disse que em relação a apresentação feita, a parte de fiscalizar o quantitativo de vagas é muito importante na visão dos conselheiros, porque eles tem visto deficiência nessa área. Os conselheiros têm enfrentado isso em relação à parte oftalmológica, porque desde julho tem pacientes que aguardam para serem atendidos pela parte de oftalmologia, mas até hoje não foram. A pessoa liga para o serviço que credencia para arrumar a vaga dessa pessoa, mas a vaga ainda não foi disposta no SISREG. Ressalta que são prestadores que vieram agora na Chamada Pública, fazendo um novo contrato para continuar oferecendo o serviço na Rede. Então a fiscalização é importante, porque tem pacientes com risco de perder a visão. A conselheira depois cita o caso de um paciente que não tem vaga, que inclusive já foi avaliado na primeira consulta, mas para continuar não tem a vaga, mesmo já tendo indicação cirúrgica. Ressaltou que tem uma visão, o paciente já passou. Como sua fala foi interrompida pediu silêncio para continuar. Prosseguiu dizendo que está falando de oftalmologia porque é um exemplo, mas os demais pacientes estão na mesma situação. Retoma o assunto do paciente que enfrentou a fila do SISREG, informando que foi na Unidade onde fez a primeira consulta, onde foi avaliado, mas que agora tem que voltar novamente para o SISREG, com encaminhamento de cirurgia e com risco de perder a visão, mas tem que esperar de novo a consulta. Ressaltou que isso se refere também a paciente renal, ao paciente hipertenso, a qualquer outra patologia. Afirmou que essa é uma questão que gostaria de ouvir sobre essa fiscalização: como será a fiscalização, se vai continuar, se vai ter. A outra questão é sobre as vagas que são oferecidas pelos Hospitais Federais, pois os conselheiros tiveram dificuldades na gestão anterior, porque os Hospitais Federais não oferecem quantitativo de vagas que favoreça os usuários. Isso é um motivo, que união é essa, isto é com os conselheiros também. Disse ainda

que particularmente observa outra coisa: tem Unidades, pois cada Unidade tem um profissional do SISREG, acompanhando, arrumando a vaga para o paciente que sai e é atendido aí a Unidade que vai. Nesse momento a Controladora do Tempo, **conselheira Angélica de Souza**, toca o sino, informando a conselheira Miriam Andrade para encaminhar sua pergunta. A **conselheira Miriam Andrade** diz que vê Unidades com maior incidência para procurar vaga para certo paciente, do que em outras Unidades e pergunta por quê. É devido à atenção e dedicação do profissional ao paciente. Finalizou dizendo que tem observado isso. A **Presidenta** agradeceu a participação. Prosseguindo a **Presidenta Fátima Lopes** chama a **conselheira Maria José Peixoto** que tomando a palavra fala para o **coordenador André** que este já apresentou uma grande parte desse trabalho no Conselho, no segundo semestre de 2015. Ressalta que achou muito interessante, que o trabalho é muito bom. Reafirma que achou o trabalho muito interessante sim, não está criticando não, porque acha o trabalho importante até porque dá uma visão macro aos conselheiros que não conhecem a dinâmica. Disse para o Coordenador que a questão que ele colocou da documentação é importante porque já tiveram problemas no Conselho, na votação, por conta de documentação mas acha que é importante e indispensável a documentação estar perfeita, cristalina para poder ser aprovada. Por isso, votou porque o Parecer da Comissão Executiva diz aos conselheiros que está tudo certo, mas se tiver alguma falha, que a desculpe, mas isso é falsidade ideológica. Disse que por outro lado, em relação ao SISREG, que palavrão foram encontrar para atrapalhar a população que procura atendimento nas Unidades de Saúde, pois o SISREG não funciona pessoal, pelo amor de Deus, nem no Estado, nem no Município, nem na União. Ressaltou que os conselheiros do Conselho Municipal por estarem aqui, achava que eram melhores do que aquele outro que fica às três horas da manhã na fila. Dirigindo-se novamente ao coordenador André, disse que quando ele apresentou sobre isso, lembrou que a conselheira Edileusa, representante da Grande Rocinha, fez um comentário no Conselho sobre a falta de um atendimento mais eficaz, com equidade para todos, mas não tem esse tipo de atendimento. Ressalta que deu o exemplo da Rocinha, mas esclarece que isso acontece em tudo que é lugar, as pessoas chegam muito cedo nas Clínicas da Família e nos postos de saúde, isso é desumano. Informa a presidenta Fátima Lopes que vai concluir. Em seguida, disse que compreende que é difícil um só segmento do gestor assumir a população como o município do Rio assumiu, pois o Senhor Pezão acabou com o Estado do Rio de Janeiro. Aplausos. Continuando, disse que os Hospitais Federais estão falidos e esse golpista chamado Temer só fez besteira até agora. Ministro achando que tem que ter matança nos presídios uma vez por semana. Aplausos. Perguntou aos conselheiros se eles têm idéia do que é isso, depois faz uma reflexão dizendo, onde todos estão e o que querem, se cada lado bater palmas para agradar ao gestor, isso não, pois os conselheiros têm que chegar ao Conselho e falar. A **conselheira Maria José Peixoto**, disse que gostando ou não vai falar sim, ressaltando que tira o 'chapéu', em parte para a Rede Municipal que mal ou bem segurou a 'peteca', mais quer mais, pois se precisar, mais vai, além disso, porque no Conselho os conselheiros não estão representando a si mesmos, estão representando a sociedade, as pessoas que procuram o Sistema Único de Saúde, pessoas que não tem mil ou dois reais para pagar planos de saúde. Informou que todos sabem que as mulheres precisam fazer o exame da mamografia, mas não é tão fácil assim como foi colocado no Conselho, pois isso foi dito por conselheira que conhece de perto o povo, que as mulheres precisam do exame de mama, de prevenção, mas todos sabem que é difícil. A Controladora do Tempo, **conselheira Angélica de Souza**, toca o sino pedindo para concluir. A **conselheira** diz que o Plenário precisa fazer uma nota de repúdio contra a Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, pois as mulheres não podem ficar caladas diante do Plenário achando que o Temer e o próprio Pezão estão fazendo alguma coisa. A **Presidenta**

pede para concluir. A **conselheira** disse que querem que o município funcione, mas também querem que os três Entes segmentos queridos funcionem também: Federal, Estadual e Municipal. Os conselheiros têm que cobrar isso do governo. Informou que não está no Conselho para 'decorar auditório', está para dizer que esse Conselho é responsável, tem parte na crise, tem a sua responsabilidade na falta de atendimento ao povo. Disse que os conselheiros não precisam, não podem somente achar que o Hospital Miguel Couto funcione bem, mas quer que os Hospitais HGB, Andaraí e Lagoa funcionem bem e estejam abertos para o povo, assim como o Hospital de Ipanema e o Hospital Getúlio Vargas e por aí vai, porque não dá para aceitar isso. Concluindo fala outro assunto, afirmando que todos que ouviram rádio, viram televisão ou leram jornal, sabem que o Hospital Pedro II está sem elevador e o povo está morrendo no Pedro II e, por estar emocionada e indignada, deixou o seu repúdio para a péssima Administração Pública. Aplausos. A **presidenta Fátima Lopes** pergunta a Senhora Norma se sua pergunta é sobre a palestra. Responde que é sobre o SISREG. A **Presidenta** informa que não é o momento. Segue-se um burburinho no auditório. Alguns **membros do Colegiado que não se identificaram**, diz que o assunto faz parte da palestra e que inclusive está na Pauta podendo ser contestado. Novo burburinho no auditório. A **presidenta Fátima Lopes** pede calma e informa que coordenador André apresentou foi um curso e que está incluído o SISREG. Novamente outro burburinho no auditório. A **presidenta** pede calma novamente e explica que o coordenador André é do CCGOS e não da Regulação. Prosseguindo pediu a **Senhora Norma** falar. Novo burburinho no auditório e a **presidenta** informou a todos que na próxima reunião o SISREG constará na Pauta. Tomando a palavra, a **Senhora Norma** pede desculpas porque o coordenador André está apresentando contratos, mas como ele falou de SISREG pensou que podia falar sobre isso, mas em relação a isso, pede desculpas se está se afastando do assunto. Entretanto a maioria dos Conselheiros a informa que não está fugindo do assunto. Depois de tudo mais calma se apresenta dizendo que é moradora de Manguinhos e afirmando que é Secretária da Associação de Moradores do Samora Machel. Fala que tem um Projeto chamado Projeto Marias: "Como Posso Ajudar Meu Filho Especial". Explicou porque falou sobre o SISREG e essa renovação de Contrato, porque é contra, pois até agora o SISREG não contemplou as necessidades dos moradores, pelo menos onde mora. Explica o por quê, porque já que estão renovando os contratos e se for necessário irão renovar sim, porque não é ela que vai dizer se vai renovar ou não, então diante do que o coordenador que está apresentando os Contratos, que esses Contratos sejam pelo menos fiscalizados. Em seguida, se dirige a presidenta Fátima Lopes dizendo que desde o ano passado, quando era conselheira batia nessa tecla, ou seja, insistia na fiscalização dos Contratos. Ressalta que ano passado perdeu várias mães do Projeto Marias. Afirma que o projeto Marias tem mais de 200 mães, são mães com filhos autistas, mães com filhos com paralisia cerebral, ela mesma fala que tem um filho com paralisia cerebral, então é muito difícil estar com um problema nas mãos, principalmente precisando do SISREG, pois além do SISREG demorar, quando chega às Unidades os aparelhos estão quebrados, quando a enviam para uma Unidade onde não tem o dinheiro da passagem para ir, mas quando chega nessa Unidade o profissional foi demitido ou pediu demissão, por conta de levar a culpa em relação à manutenção dos aparelhos médicos, por causa da situação do caos em que todos se encontram. Ressalta que se for renovado, se o SISREG continuar, porque para ela não continuaria, porque prefere dormir na fila do SUS esperando uma vaga do que ter que esperar em casa pelo SISREG que não funciona, mas se o SISREG for renovado, que seja pelo menos fiscalizado e seja efetivo nas vidas das pessoas e que as pessoas não morram esperando o SISREG acontecer. Aplausos. A **presidenta Fátima Lopes** agradeceu a participação. A **presidenta Fátima Lopes** chama o **coordenador André** para responder as perguntas. Tomando a palavra,

disse que vai tentar responder as perguntas na ordem cronológica em que foram feitas. A primeira foi da conselheira Miriam Andrade, que citou em primeiro lugar o caso dos serviços de oftalmologia. Isso é amplamente divulgado na mídia e recentemente saiu de novo, que a maior fila do SISREG é da oftalmologia. Para tentar sanear essa situação temos feito várias Chamadas Públicas para convocar prestadores para executar esses serviços. Para que o Conselho, hoje, tenha uma idéia, em todas as Chamadas Públicas que foram feitas, temos programado junto aos prestadores uma média de seis mil consultas por mês de oferta e, não é pouca coisa, só que entram a cada mês dez mil novas solicitações e hoje, não conseguimos dar conta por meio do contrato de toda a demanda que surge, aí tem vários fatores que implicam, alguns deles são: na medida em que conseguirem que as Clínicas da Família façam o exame de básico de vista, que é o exame de grau, que é o grande volume dessa fila, acontecerá a redução. Afirmou que no setor de Contratualização temos contribuído e podem garantir que hoje, temos seis mil vagas de oferta por causa da cláusula de só pagar o que estiver no SISREG, mas antes podíamos ter virtualmente, seis mil vagas contratadas, mas os prestadores davam três ou quatro mil e deixavam as outras, duas ou três mil para outras 'portas de entradas', mas hoje não, hoje eles garantem que os prestadores estão dando todas as vagas, porque se não derem, não recebem. Ressaltou que precisam passar dos seis mil para chegar aos dez mil e quinhentos usuários para responder isso. Dizem que vai ser publicada entre janeiro e fevereiro uma Chamada Pública para as Instituições Filantrópicas. Informou que tem até prestadores filantrópicos no Conselho Municipal porque tem Instituições Filantrópicas que fazem oftalmologia, mas estavam tendo dificuldades de prestar, fazer contrato com eles por causa da irregularidade fiscal. Isso acontece porque todos sabem da crise econômica da Santa Casa e de outras Instituições Filantrópicas que vêm tendo dificuldades de manter em dia suas certidões. Então muito em breve irão publicar uma Chamada Pública, onde a oftalmologia estará incluída junto com os outros procedimentos que compõem as dez maiores filas do SISREG. Prosseguiu informando que vão tentar que a Procuradoria do Município flexibilize algumas Certidões, ressaltando que o Conselho Municipal terá parte nessa ação para que com isso consigam aumentar essa oferta diante do cenário trágico, porque concordam que tem pessoas que estão na fila perdendo a visão, por falta de vagas. Para isso, terão que pesar esse custo/benefício, entre abrir 'mão' de algumas certidões importantes que rezam que certa Unidade cumpriu com seus deveres trabalhistas e fiscais, mas por outro lado tem pessoas morrendo ou ficando cegas, por conta da parte, entre aspas, burocrática do serviço. Por isso, irão buscar alternativas para atrair mais prestadores, inclusive irão ver na internet todas as instituições privadas que fazem oftalmologia. Vão fazer ofícios, irão pessoalmente entregar propostas para tentar ampliar, também pelos contratos privados, essas vagas de oftalmologia. O **coordenador André** informou que no setor dele, hoje, o que contribui para minimizar esse dano é ter a certeza de que o que está contratado está no SISREG, se não estiver a Unidade não recebe dinheiro, mas acredita que estejam. Informou ainda que fazem uma planilha. Todo mês pegam a planilha e dizem para o responsável da Unidade: "olha você produziu isso e o seu SISREG está aqui", o que não corresponde não é pago. Reafirma que os prestadores privados, hoje no Conselho, podem comprovar o que disse. Fala que uma questão importante que a conselheira Miriam Andrade colocou diz respeito quando uma pessoa faz uma consulta, por exemplo: oftalmologia, catarata, oftalmologia geral. Então é identificada a pessoa precisa fazer um exame e que precisa fazer a cirurgia de catarata. Essa pessoa voltava para entrar em outra fila da cirurgia e ficava mais de anos esperando, mas hoje permite que as Unidades contratadas façam o que eles chamam de 'um combo', um pacote, com isso romperam com o modelo arcaico. A pessoa vem para a consulta de oftalmologia, nessa determinada Unidade e, essa

pessoa tem o direito de fazer tudo o que tem recorrente dessa consulta. Informou que desde o ano passado. Nesse momento é interrompido pela **conselheira Sheila** perguntando se isso é a partir de agora, porque não estão cumprindo. O **coordenador André** responde que quando não cumprir, pedirá ao Conselho Municipal que envie o caso para eles, que farão auditoria e vão intervir e entrar num processo de acompanhamento, pois a regra é essa, já que os prestadores têm um ofício que chamam de combo ou pacote que o prestador tem que cumprir, pois não é justo que o paciente fique um ano. Pede que os fiscalizem, no caso em que o paciente fez a consulta pelo SISREG e chegou à determinada Unidade e não fez tudo e voltou. Reafirma que podem fiscalizar porque vão ajudar a identificar e validar. Em relação a outra pergunta de conselheira sobre Hospitais Federais, nesse caso precisa fazer no Conselho Municipal uma separação importante: tem os Hospitais Universitários, Federais e Estaduais. Quais são esses Hospitais, por exemplo, os Hospitais Federais são Universitário Clementino Fraga Filho, Maternidade Escola da UFRJ, Instituto Fernandes Figueira, onde se situam os Hospitais da UFRJ. No âmbito Estadual os Hospitais Universitários são: UERJ, Pedro Ernesto com a Piquet Carneiro. Entretanto, os Hospitais Federais que não são Universitários: Bonsucesso, Lagoa e Ipanema. Existe uma divisão importante. Os Hospitais Universitários por terem gestores plenos do município, tem contratos feitos com o município porque está na regra dos Hospitais Universitários que passem a ter o contrato firmado com o município. Isso quer dizer na prática que apesar do financiamento desses Hospitais serem Federal ou Estadual, esses Hospitais firmam contrato com o município no qual o Reitor, o Secretário e o pessoal do município assinam. O pessoal do município estabelece as metas, então em todos esses contratos que estão abertos ao público, tanto que isso está no site da Secretaria. Em todos esses contratos a meta principal é a vaga para o SISREG, vaga de ambulatório e vaga de leito. Quando certo Hospital Universitário não oferece a vaga, acontece diferente do que acontece com os Hospitais Prestadores Privados, porque os privados são pagos pelo Setor em que está o coordenador André, ou seja, eles pegam a nota fiscal do mês, comprovam que o Privado executou e pagam diretamente do orçamento. Entretanto, quando é Hospital Universitário Federal o Ministério da Saúde recebe o Relatório, desconta do teto do Setor e transfere o recurso para o Hospital da Universidade, assim que é feito. Quando o Hospital Universitário não cumpre suas metas, por exemplo, de dar vagas para o SISREG, eles informam ao Ministério da Saúde para que no mês seguinte o Ministério deixe de descontar parte do recurso desse Hospital, por não ter dado vaga. Reafirma que é isso que fazem com publicidade. Fala que se os conselheiros já observaram, o Hospital Gaffrée e Guinle tem aumentado a sua oferta de vagas exponencialmente; o Pedro Ernesto um pouco mais e outros Hospitais tem mais dificuldades de aumentar vagas. Disse que os Hospitais Federais, que não são Universitários: Bonsucesso e Lagoa, o financiamento é diferente, porque eles têm financiamento próprio, são unidades orçamentadas. Então isso diminui substancialmente o poder do pessoal do município de ter o poder de negociação de exigência de vagas, mas isso não é impossível, isso vai para outra instância que não é do setor do Coordenador. Afirmou que o Secretário de Saúde está bem imbuído com algumas propostas, inclusive de unificação de regulação, de atuação conjunta com o Ministério da Saúde, com a Gestão Ministerial que cuida desses Hospitais para que ampliem, porque alguns já dão algumas vagas mas é muito pouco dentro da necessidade do município. Portanto, é outro processo para entender, que o setor em que trabalha, especificamente, tem menos poder de ingerência sobre os Hospitais de Ipanema e Lagoa. O setor tem mais ingerência sobre os Hospitais Universitários. Afirmou que estão com um plano de ampliação dessas vagas. Em relação à pergunta sobre as vagas destinadas, disse que não entendeu bem a pergunta. Será que a conselheira quis dizer que tem várias opções de marcação e algumas

Unidades recebem mais marcações do que outra. A **conselheira Miriam Andrade**, disse que quis dizer que tem Unidade que tem um profissional na frente do computador, procurando a vaga daquele paciente que saiu dessa Unidade. Esse profissional fica procurando essa vaga. Ressaltou que alguma Unidade é mais rápida que outra, não é porque é área "a" ou área "x" é da mesma área programática, só que dá impressão para os conselheiros que são pouco leigos nessa matéria que parece que há uma dedicação maior aquele sistema. O **coordenador André** responde que agora entendeu. Informa não saber se os conselheiros têm conhecimento do que está colocado, mas uma diretriz adotada na gestão anterior entendendo que a Atenção Primária, Atenção Básica, as Clínicas da Família são as que estão mais perto do usuário. Prosseguiu informando que esse assunto sai um pouco do seu Setor mas que tem condições de explanar. Continuando disse o ex-prefeito Eduardo Paes colocou o poder de regular para o médico que está na Clínica da Família, mas tem municípios que fazem o contrário, colocam tudo na Central de Regulação ou nas CAPS para a pessoa ver as vagas na fila e marcar consulta na Unidade. O município do Rio de Janeiro na gestão anterior fez uma descentralização. Hoje, além da Central de Regulação cada Clínica da Família tem um médico RT (médico responsável técnico) ou um NIR (Núcleo Interno de Regulação), um Núcleo de responsável que além de colocar no SISREG as solicitações o médico responsável tem autonomia de marcar consultas o que acontece. Nesse momento é interrompido por **conselheira que não se identificou**, dizendo que muitos usuários reclamam que tem médico que marca a noite inteira. Outro **conselheiro que não se identificou**, confirma que ficam marcando a noite inteira. O **coordenador André** diz que é sobre isso que irá falar agora mas ressalta que não está no Conselho para fazer juízo de valor de um modelo ou de outro, mas o que acontece é que a Clínica da Família, hoje, tem médico para atender população de três mil, quatro mil usuários por equipe. Então o médico que está cuidando de toda a população está também com a atribuição de fazer essa marcação. Por isso, terá diferentes situações: terá médico como a conselheira informou passa a noite regulando; ter médico na Unidade que está toda estruturada, informatizada e terá postinho do Samora Machel. A **conselheira Maria José Peixoto** interrompe e fala que não tem médico no Samora. O coordenador concorda que não tem prestador, que não tem médico. **Conselheiro que não se identificou** pergunta se tem hora de abertura de marcação. A **presidenta Fátima Lopes** intervém e pede o favor para o conselheiro deixar o coordenador André falar. O **coordenador André** prossegue dizendo que tem vários médicos que saem à meia-noite, então um médico fica além do seu horário até meia-noite para marcar, sem conseguir dormir. Inicia novo burburinho no auditório. A controladora do tempo, **conselheira Angélica de Souza**, toca o sino e a **presidenta Fátima Lopes** pede calma e atenção. O **coordenador André** reafirma e repete sua fala dizendo que o médico que fica além do seu horário até meia-noite para marcar, sem conseguir dormir e sem jantar com sua família; então é preciso um modelo, mas isso é para se discutir a parte no Conselho Municipal. A **presidenta** agradece a participação do coordenador mas a **conselheira Sheila Marino** diz que tem uma última pergunta que foi feita por escrito. O **coordenador André** diz que sim e foi feita uma pergunta. Novo burburinho no auditório. A **presidenta Fátima Lopes** novamente intervém e pede o favor, para fazerem silêncio. O **coordenador André** disse que a pergunta da conselheira foi em relação à participação do Controle Social nesse acompanhamento. Ressalta que esse momento no Conselho é uma sinalização de que querem o Controle Social cada vez mais próximo do trabalho deles. Afirma que o Controle Social está mais presente, nesse sentido, em toda parte de Contratos, para aprovar a Chamada Pública, para aprovar os Contratos. Todos os Contratos são assinados somente depois que o Conselho vai a certo local, que tramita o processo que dá o aval, mas agora eles querem uma boa proposta, na qual o

Conselho esteja mais próximo também no acompanhamento. Em seguida respondendo a Senhora Norma, revendo o que fez na AP. 3.1 por muito tempo com o Senhor Nereu Lopes e os conselheiros da Maré. Afirmou o que fizeram para conseguir avançar em relação aos Serviços de Reabilitação para os pacientes especiais, que abrem Chamadas Públicas para determinados Serviços que tem esse público, como específico. Outro exemplo é que conseguiram agora foi por meio do Contrato com a Piquet Carneiro, eles estavam. Nesse momento sua fala é interrompida pela **conselheira Maria José Peixoto** dizendo que a Piquet Carneiro está fechando. O **coordenador André** retomou sua fala dizendo que é verdade mas que agora conseguiram abrir um Serviço recente lá, na contramão do fechamento, um Serviço de atendimento odontológico para pacientes especiais, pois só tinha o Hospital Jesus para fazer esse Serviço e que atendiam pessoas até 18 anos, mas por meio do Contrato conseguiram que a Piquet Carneiro abrisse dez vagas por mês para atendimento odontológico para pacientes especiais. Então querem com esse Contrato também, ampliar o escopo desses Serviços. Em seguida, pede a todos os interessados do Pleno, que qualquer crítica que tiverem o procurem em sua sala que é a 812. **Conselheira que não se identificou** pergunta se esse Serviço será para todas as Áreas Programáticas. Este responde que sim, porque a partir do momento que esteja no SISREG não fica mais restrito, fica aberto para todo mundo. Finalizando, reafirma que qualquer assunto ou dúvida que o procurem na sala 812. A **presidenta Fátima Lopes** agradeceu a participação do coordenador André e depois se dirigindo a ele disse que será o futuro Regulador, porque veio do setor de processos (SCGOS) para falar de Regulação, mas vindo da AP. 3.1 tem um ensinamento e, por isso, o seu agradecimento. Prosseguiu dizendo que também agradece aos membros da Comissão de Educação Permanente na pessoa da conselheira Edna e também agradecendo ao núcleo do coordenador Sérgio Aquino. A **presidenta Fátima Lopes** pede a **conselheira Patrícia Albuquerque** citar o próximo Ponto, mas antes há um contratempo: O **conselheiro Mauro André** diz ao **secretário executivo e conselheiro David Lima** que o nome dele foi citado e não estava presente. O **secretário executivo David Lima** o orientou para que envie sua defesa para a Comissão Executiva por escrito. Porém, o **conselheiro Mauro André** não concordou e disse que quer se justificar porque o seu nome foi citado e não estava presente e, por isso, quer fazer uma justificativa. O **secretário executivo David Lima** o orienta mais uma vez dizendo que não pode ser dessa forma. A **presidenta Fátima Lopes** informa ao conselheiro Mauro André que já houve a deliberação. O **Conselheiro Mauro André** diz que, por isso, quer um tempo para falar. Porém, a **presidenta Fátima Lopes** solicita que ele faça o recurso por escrito encaminhando a Comissão Executiva do Conselho Municipal de Saúde para que na próxima reunião ordinária faça sua defesa. O **conselheiro Mauro André** disse que tem dois minutos para falar isso. O **secretário executivo David Lima** responde informando que esse ponto retornará a pauta bastando fazer o recurso. A **presidenta** também informa que na próxima reunião Ordinária terá o tempo que precisar. A **conselheira Maria José Peixoto** sugere que dê três minutos para ele falar. O **conselheiro Mauro André** concordou e disse que isso é um retrocesso porque não estava presente. A **conselheira Maria José Peixoto** pergunta por que ele não pode falar. O **secretário Executivo David Lima** responde porque não está na pauta. O **conselheiro Mauro André** volta a pedir dois minutos para fazer uma explanação. A **presidenta Fátima Lopes** pede calma, mas o **conselheiro Mauro André** diz que fica uma "pataguada" (palhaçada) para poder fazer sua defesa. A **conselheira Maria José Peixoto** disse que não é assim, mas o **secretário executivo David Lima** responde que é assim, sim. A **presidenta Fátima Lopes** volta a pedir calma e o **secretário executivo David Lima** responde a conselheira Maria José Peixoto que o Conselho tem que caminhar com o Regimento e não fazer a vontade das pessoas. O **conselheiro Mauro André** novamente retorna pedindo

dois minutos para fazer a explanação, pois falaram o que queriam e quer o contraditório. A **presidenta Fátima Lopes** pede calma ao secretário executivo David Lima e informa aos conselheiros Mauro André e Maria José Peixoto que os conselheiros Mauro André e Rene Monteiro não foram citados. O **conselheiro Mauro André** disse que foram citados sim. A **presidenta Fátima Lopes** pede para que ele a deixe falar. Prosseguindo, informou o que houve foi uma deliberação respondendo ao conselheiro Mauro André e que ninguém está fazendo retrocesso, pois existe a Lei e o Regimento do Conselho Municipal de Saúde e que a Mesa não está podando sua fala. Nesse momento é interrompida pelo **conselheiro Mauro André** dizendo que não parece que somente dois minutos não dará para fazer alguma coisa. A **presidenta Fátima Lopes** prossegue dizendo que o Regimento está na Lei e não adianta abrir uma discussão agora. Sugeriu que o conselheiro faça o recurso. Nesse momento, o **conselheiro Mauro André** responde que não quer discussão e sim um tempo para falar. A **presidenta Fátima Lopes** pede para que faça o recurso por escrito justificando as faltas e dando os motivos. O **conselheiro Mauro André** disse que já fez o recurso. Disse ainda que a conselheira Edna lhe deu um documento e que não sabe porque está saindo da Comissão de Educação Permanente. A **presidenta Fátima Lopes** pede que ele entenda que houve uma deliberação. Porém, o **conselheiro** continua a falar do documento que lhe foi entregue pela conselheira Edna dizendo que isso não foi nada profissional em tirá-lo da Comissão de Educação Permanente. Isso foi uma "pataguada" (**palhaçada**), foi uma "pataguada" (**palhaçada**). A **presidenta Fátima Lopes** informa ao conselheiro Mauro André que houve um encaminhamento, onde foi votado o 'sim' (saída) ou 'não' (permanência) e o sim ganhou por maioria de votos dos conselheiros. Informou novamente para que o conselheiro faça o recurso por escrito porque sabe que tem justificativa para todas as faltas. O **conselheiro Mauro André** retorna pedindo só dois minutos. A **presidenta Fátima Lopes** responde dizendo que ele dispõe de tempo e o que deve fazer em sua defesa. O **conselheiro Mauro André** concorda mas quer falar agora. Entretanto, a **presidenta Fátima Lopes** pergunta o que o conselheiro quer que faça. Nesse momento é interrompida pelo **conselheiro Mauro André**. A **presidenta Fátima Lopes** assume novamente o microfone dizendo que gostaria como presidente do Conselho Municipal de Saúde e, em nome da Comissão Executiva. Nesse momento sua fala é interrompida pelo **conselheiro Geraldo Batista** pedindo questão de Ordem dizendo que chegou no horário que foi estabelecido no Regimento que reza que tem hora de chamada e hora de início e pediu para respeitar, porque não é agora. A **presidenta Fátima Lopes** pergunta ao conselheiro Geraldo Batista se pode concluir sua fala para o Conselheiro Mauro André. O **conselheiro Geraldo Batista** fala que ele vai retornar e retornar é falta de apoio. Retomando a palavra a **presidenta Fátima Lopes** informa ao conselheiro Mauro André que como está presidindo a Mesa conversou com a Comissão Executiva, que orientou os conselheiros Mauro André e Rene Monteiro a fazerem o recurso justificando. Afirma que isso é normal, não adianta abrir uma fala se o conselheiro Mauro André será criticado ou elogiado. Então que faça por escrito, porque sabe que o conselheiro tem suas justificativas, porque viaja a serviço da Instituição que representa. Ressalta ainda que ele não vem porque não quer vir, por isso, não cabe agora pedindo ao conselheiro, por favor, que faça o recurso por escrito e encaminhe a Comissão Executiva e a presidenta desse Conselho que dará o tempo que ele precisar na próxima reunião ordinária. Perguntou se pode ser assim, pois não adianta agora, porque vai abrir discussões, ofensas e outras coisas. Perguntou novamente se está bom. Então que o conselheiro faça o recurso por escrito. O **conselheiro Mauro André** não se manifesta mas deu a entender com o seu silêncio que concorda com a sugestão dessa presidenta. A **presidenta Fátima Lopes** dá prosseguimento a reunião citando o ponto cinco da Pauta: **Comissões do Conselho Municipal de Saúde**. A **conselheira Patrícia Albuquerque** faz a Leitura,

citando as Comissões, uma a uma, perguntando se tem informe: **Comissão de DST/AIDS e Hepatites Virais**. O **conselheiro Carlos Varaldo** informa que junto com o **conselheiro Rene Monteiro** que está presente e parte dessa Comissão, qu ambos já fizeram duas reuniões, mas que só faltaram no mês de outubro por causa da situação da cidade, das eleições. Ressalta que tanto a situação das Hepatites como do HIV/AIDS estão relativamente tranquilas, porque lutaram muito, fizeram muitas manifestações, foram para as ruas anos atrás e hoje, tanto no município como no Estado e no Governo Federal não faltam medicamentos e nem locais de atendimento. Finalizando, afirma que a situação deles é muito mais tranquila graças a Deus. A **presidenta Fátima Lopes** agradece. A **conselheira Patrícia Albuquerque** cita a **Comissão de Educação Permanente**, explicando que já foi contemplada com informe. É citada a **Comissão de Gêneros, Raças e Etnias**. A **conselheira Maria José Peixoto** informa que a comissão tem se reunido normalmente mas que no final do ano discutiram que estavam com vontade de fazer um trabalho na Cinelândia, mas não foi possível por conta das eleições municipais e que o coordenador sabe disso. Depois veio o final de ano e não deu para fazer mais nada, mas que na virada de ano farão a apresentação: Um dia de informação a sociedade de todo esse segmento importante para que lutem a cada dia, para diminuir ou acabar de vez com o preconceito no país. A **conselheira Maria José Peixoto** informa ainda que na Comissão tem uma conselheira dizendo que quer aproveitar o microfone para informar que faltou no Conselho “viu **Walter**”. Afirma que tem e-mail que mandou para o Conselho solicitando que justificassem sua ausência mas que não viu na ata a justificativa. Disse que isso é de menos porque o que importa é que todos em 2017 irão mudar e melhorar o atendimento para o povo, que é o que interessa para todos os conselheiros concluindo seus informes. Em seguida, são citadas duas Comissões: **Comissão de Orçamento e Finanças** e **Comissão de Saúde**, sem informes. É citada a **Comissão de Saúde do Trabalhador**. A **conselheira Maria Angélica** lembra que a Comissão tem uma agenda fixa de reuniões que **ocorre sempre à segunda segunda-feira do mês** às 14 horas na sala de reunião da Presidência. Ressalta inclusive que essa agenda foi aprovada no Plenário. Afirma que na última reunião de janeiro não tiveram presença de conselheiros. Por isso, justifica que as ausências foram por conta da mudança de governo sem uma agenda. Então fica muito complicado e, por causa disso os membros estão justificando, enquanto Comissão, sobre o não agendamento dessa reunião. Reafirma que não ocorreu e não tiveram a presença de conselheiros na reunião do último dia de 09/01/2017, porque ficou difícil por conta de mudança de governo. Entretanto, ressaltou que no próximo mês, a reunião irá ocorrer na segunda segunda-feira de cada mês, conforme já foi publicado. A **conselheira Maria Angélica** disse ainda que tem outro informe em relação à Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador (CIST). Informa que a reunião da CIST vai ocorrer no dia 24/01/17, no Auditório Meri Baran, ou seja, no Conselho, por isso, mais uma vez convida as representações sindicais para comparecerem, porque estão precisando dos sindicatos que compõem o Conselho Municipal de Saúde. Informa que estão conseguindo adesões de sindicatos de trabalhadores que não fazem parte do Colegiado. Por isso, reafirma que precisam que os representantes dos trabalhadores que compõem o Colegiado participem mais ativamente, porque sabem que o município do Rio de Janeiro é o que mais atende trabalhador do Estado. Então como está se falando dos serviços de saúde no Conselho, os trabalhadores são só atendidos mesmo nas Unidades de Saúde do município. Nos Hospitais de emergência, quando chega um trabalhador os direitos dele nem sempre são garantidos porque não existe um protocolo de atendimento ao trabalhador. Quando se fala de trabalhador é toda a força de trabalho, seja essa força regularizada, seja essa força formal ou mesmo que essa força seja informal; é o trabalhador. E as representações dos trabalhadores formais com seus sindicatos

representados no Conselho, então precisamos estar mais juntos por conta dessa nova Administração. É preciso estar todos juntos sindicatos e conselheiros até mesmo quando for reunir com a Mesa de Negociação para todos formarem e tentarem traçar um protocolo porque está difícil é Saúde Mental, é trabalhador da saúde dos hospitais que todos estão vendo aí. Profissionais limpando, sem desmérito, mas um profissional de enfermagem tendo que desenvolver ações de limpeza para poder trabalhar. Um profissional de Saúde Mental não tem como trabalhar, porque ele mesmo está precisando de cuidados, mas não tem como. Então se a conselheira for começar a falar, é assim, um leque de desrespeito ao trabalhador que o próprio Conselho Municipal que tem uma Comissão para garantir esses direitos, não está conseguindo. Por isso, está pedindo mais uma vez convidando a todas as representações para todos se fortalecerem, enquanto representação da força do trabalhador do município do Rio de Janeiro, porque o trabalhador não está tendo seus direitos garantidos. A controladora do tempo, **conselheira Angélica dos Santos**, toca o sino. A **conselheira Maria Angélica** diz que o trabalhador do Rio de Janeiro, principalmente o servidor público não tem o seu direito garantido em caso de acidentes e doenças do trabalho. Por isso, precisam se reunir com esses administradores para tentarem formalizar e traçar projetos de lei para garantir os seus direitos. Informa que dia 24 às 14 horas será o dia da reunião da Comissão e, por isso, precisam de toda a força da representação dos trabalhadores do Rio de Janeiro. Informa ainda que os conselheiros podem convidar quem quiserem, porque a reunião é aberta a todos. Pediu sensibilidade aos sindicatos que tem assento no Conselho porque é mais uma força para representação, finaliza agradecendo. Em seguida é citada a **Comissão de Saúde Mental**, Sem informes. A **conselheira Patrícia Albuquerque** passa para o ponto seis da Pauta: Escolha da Comissão Eleitoral para eleição da Comissão Executiva e substituto do Presidente. A **presidenta Fátima Lopes** fala que são necessários dois usuários, um profissional e um gestor. Pergunta ao Pleno quais os conselheiros que se habilitam para participar da Comissão Eleitoral, pedindo ainda, o favor, a **conselheira Julia Daniela** anotar os nomes. A **conselheira Sheila Marino** pergunta se o critério é quem participa da Comissão Eleitoral não pode se candidatar. A **presidenta** confirma que esse é o critério. Segue a composição dos membros do Colegiado que irão compor a Comissão Eleitoral após eleitos pela maioria simples. A seguir a **conselheira Patrícia Albuquerque** faz a leitura dos membros da Comissão Eleitoral que irão organizar o processo eleitoral para escolha dos membros da Comissão Executiva e do substituto da Presidenta. Pelo segmento dos usuários os **conselheiros Adelton Gunzburger** e **Wilson Nilson da Rocha**. Pelo segmento dos profissionais a **conselheira Sheila Marino** e pelo segmento gestor/prestador a **conselheira Cristina Guedes Veneu**. A **conselheira Sheila Marino** pergunta quando acontecerá a reunião da comissão. O **secretário executivo e conselheiro David Lima** pergunta e recebe a afirmativa da presidenta para responder. Informa que entrará em contato com todos os membros da Comissão Eleitoral eleitos ainda essa semana para combinar um dia ainda da mesma semana para vir a primeira reunião. Ressalta que irá tentar adequar o horário de todos e o melhor dia. A **conselheira Sheila Marino** concordou. A **conselheira Patrícia Albuquerque** passa para o étimo Ponto da Pauta: **Informes da Secretaria Executiva**. O **secretário executivo e conselheiro David Lima** informa aos conselheiros que sábado, dia 14/01 às 09 horas será realizada a eleição da Comissão Executiva do Substituto do Presidente do Conselho Distrital da AP. 5.2. Informa também que no dia 16/01, segunda-feira às 17 horas será realizada a mesma eleição no Conselho Distrital da AP. 2.2. Ressalta que no Conselho Distrital da AP. 1.0 a Comissão Eleitoral irá se reuniu hoje, inclusive, informou que falou com os membros da Comissão há pouco pelo telefone. Informa ainda que haverá uma reunião extraordinária dia 17/01 na AP. 1.0 para aprovação do Regimento Eleitoral. Logo depois apresenta ao Pleno o

representante do Sindicato dos Odontólogos que está estreando hoje na reunião do Conselho, o **conselheiro Jairly Guimarães Simplício**, pedindo o favor do conselheiro ficar de pé o que o Plenário correspondeu com uma salva de palmas. O **Secretário Executivo David Lima** fala que finalmente o Sindicato dos Odontólogos chegou ao Conselho, ressaltando que o conselheiro Jairly traz alguma bagagem de Conselhos. A **conselheira Margarida Frouf**, informa que o conselheiro Jairly já foi representante no CDS da AP 3.3. Finalizando, o **secretário executivo David Lima** concorda com a conselheira dizendo que ele foi muito bem 'construído' na AP. 3.3. A **conselheira Patrícia Albuquerque** passa para o oitavo e último ponto da Pauta: **Informes do Colegiado**. Chama a **conselheira Miriam Andrade** que tomando a palavra disse que o seu informe é um encaminhamento para constar em Ata: Calendário do Plano de Cargos, Carreiras e Salários está na Mesa de Negociação e estão cobrando o PCCS. Que gostaria, de fazer depois por escrito, um pedido pauta ao Secretário de Saúde que ainda não chegou, mas quando chegar falará com ele sobre os recursos humanos das Unidades de Saúde do município, qual a carência e o que ele irá fazer para suprir essa carência. Falará também sobre os concursos públicos de 2011 e que ainda não deu uma posição e também sobre o concurso de 2013. Sobre a saúde do trabalhador, perguntará ao secretário se tem alguma informação sobre esse tema porque a saúde do trabalhador está muito precária, tanto que a conselheira Maria Angélica está fazendo vários anúncios no Conselho. Ressaltou que quando foi coordenadora também sofreu na pele, assim como a conselheira Maria Angélica de Souza está sofrendo. Prosseguindo informou ainda sobre a participação dos sindicatos na saúde do trabalhador dizendo que há profissionais de saúde que ainda não viu nenhuma estatística dentro do município, sobre funcionários sendo levados ao suicídio. Disse que isso é uma estatística muito dura e crua e que por isso, os conselheiros precisam fazer um levantamento junto aos profissionais de saúde que estão também se encaminhando para esse quadro, o suicídio. Reafirmou o que falou é para constar em Ata, pois fará por escrito esse encaminhamento para o Secretário de Saúde responder. A **conselheira Patrícia Albuquerque** assumiu a palavra fazendo um esclarecimento a todos do Plano informando que os conselheiros que estão participando como o conselheiro Marinaldo, a conselheira Miriam Andrade e outros sabem que a Mesa de Negociação, a postura deles irá sustentar o calendário que, na última quarta-feira de cada mês e, já na próxima Mesa o tema é "Garantia de Saúde do Trabalhador". Ressalta que o processo do PCCS está na SMA terminando os cálculos porque tem a proposta da SMS e tem as contrapropostas discutidas na Mesa. A princípio a conselheira Patrícia informa que ainda está nessa Mesa. Então enquanto eu estiver estará caminhando mas caso venha a sair, avisou que está tudo muito bem encaminhado, registrado, pautado, tudo legitimado. Prosseguindo chamou o conselheiro Ozeas, mas antes dele falar, disse que recebeu a informação de que o Secretário de Saúde está se encaminhando para a reunião Conselho no sentido de se apresentar. O **conselheiro Ozeas** fala que o informe é com respeito a AP. 2.2., mais precisamente, a respeito da Clínica da Família que está sendo, já há muito tempo, construída no Andaraí. Afirma que está acompanhando a construção e que hoje mesmo esteve no Andaraí, pois tinham marcado uma data no mês passado para a inauguração. Relembra que mês passado abordou isso no Conselho, dizendo que não havia condição de inauguração. Portanto, foi um prognóstico válido, não havia condição, pois a obra estava muito atrasada e ainda continua, adiantou um pouco mais ainda continua atrasada. Disse que a previsão de inauguração é para o mês de fevereiro, também tem algumas fotos que irá revelar e expor. Então todos esperam que em janeiro terminem a obra, sendo assim inaugurada a Clínica da Família que vai dar um suporte muito grande e ser importante para aquela área, porque o prognóstico 'ali daquele lado', temos a Vila Isabel ou então acumulava no Hospital do Andaraí. Por isso, a Clínica vai aliviar bastante os encaminhamentos, vai

facilitar em tudo. Finalizando faz votos que a obra termine esse mês para que no mês que vem, não tem data ainda, mas possam inaugurar. O **conselheiro Ludugério Silva** acha que será antes do Carnaval, mas o **conselheiro Ozeas** responde que tudo nesse país começa depois do carnaval. Por isso, pede a todos que façam votos para que o pessoal da AP. 2.2., conseguir inaugurar depois do carnaval, finalizando o seu informe e agradecendo. A **conselheira Patrícia Albuquerque** chama a presidenta do CDS da AP. 1.0, **Sra. Mariléia Ormond**, porém responde que não pediu informe. A **conselheira Carmen Sandra Portugal** é chamada, mas declina, pois já falou. É citada **conselheira Angélica de Souza**, mas já deu o seu informe. É chamada a conselheira Angélica dos Santos do Projeto Marias e Família Autista. A **conselheira Angélica dos Santos** informa que no começo de janeiro tiveram um convite muito especial do novo Prefeito que convidou os especiais para jantarem na casa dele e que foram apresentadas várias Instituições que trabalham com crianças especiais, inclusive a conselheira representou o Conselho e os CAPSI. Também fala do Projeto Marias que trabalha com crianças especiais, do qual, a Senhora Norma já falou. Em seguida, apresenta a mãe de uma autista que está junto do pessoal do “Juntos Somos Fortes” que estão no Conselho hoje. Reafirma que o informe é para dizer que foram apresentados ao Prefeito e que está com um Projeto muito bonito para trabalhar e ajudá-los junto aos autistas, junto às crianças com transtornos mentais. Finalizou dizendo que era isso que queria passar para todos. Aplausos. A **conselheira Patrícia Albuquerque** chama dois conselheiros, mas esses também declinam a dar informe. Depois disse que recebeu um informe de que o Secretário estava a encaminho da reunião do Conselho Municipal. Disse que passará a palavra ao conselheiro Geraldo Batista e depois para o conselheiro Ludugério Silva. Tomando a palavra o **conselheiro Geraldo Batista** disse que como informou na última reunião, saiu publicada uma reportagem sobre o Seminário de Saúde do Trabalhador realizado na FAETEC. Ressalta que essa reportagem saiu no Jornal “Alô Comunidade” de Santa Cruz. Nesse seminário foi debatido os problemas de saúde do trabalhador da região de Santa Cruz, Paciência e Sepetiba. Informou que o Conselho Distrital da AP 5.3 já fez o planejamento para 2017. informa ao secretário executivo e conselheiro David Lima que a reunião será dia 28 e que nessa plenária extraordinária irá eleger a nova Comissão Executiva e o substituto do presidente. Informou ainda que estão encaminhando uma ‘luta’ para a eleição que haverá na FAM-RIO, inclusive as associações de moradores de Santa Cruz estão se organizando e o Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3 se propôs ajudar as instituições em relação a problemas de atas etc. da qual fazem parte. Disse que gostaria que o secretário de saúde já estivesse na reunião do Conselho mas como não chegou, vai deixar registrado. A **conselheira Patrícia Albuquerque** diz ao conselheiro que informará ao secretário de saúde. O **conselheiro Geraldo Batista** disse que os conselheiros estão tendo notícias sobre a questão do Hospital Municipal Pedro II. Afirma que várias vezes o Conselho Distrital esteve lá fiscalizando mas como sempre disse no Conselho Municipal, não quer aparecer no RJ TV nem em outra televisão porque isso não resolve o problema da Unidade. Disse que o problema da Unidade é simples: nesse hospital tem um aparelho de tomografia para ser consertado e que custaria meio milhão de reais. Por que foi consertada uma parte e agora tem um ‘tal de globo’. Então mais uma vez meio milhão de reais para consertar um aparelho de tomógrafo. Outra questão: está havendo problema de repasse da SMS para a gestão do hospital e que com isso a administração do hospital está tendo dificuldades em cumprir o que o contrato estabelece. Sobre a questão dos elevadores, o Hospital Municipal Pedro II foi projetado para ser um Hospital de ambulatório. Contudo, é uma estrutura antiga, velha e os elevadores não tem condições de funcionar. Estão funcionando precariamente e, volta e meia os elevadores dão problemas e agora parou de vez. Ressalta que são quatro

elevadores e apenas dois funcionam precariamente. Informou também que já discutiram sobre a questão do ar condicionado. Então só para dar ciência a todos do Pleno, o Conselho Distrital tem acompanhado todos os problemas do Hospital, porém não estão divulgando isso para 'vender imagem' do Conselho, porque isso não é problema deles. Disse que estão encaminhado tudo para o Ministério Público, para que juntos tomem as devidas providências. Afirma que o problema do Hospital não é só de gestão é problema bilateral e a Secretaria de Saúde não se impõe. A **conselheira Angélica de Souza** toca o sino alertando o conselheiro o término de seu tempo. Continuando disse que é a Secretaria de Saúde que não se impõe e também a administração do hospital não relata o que está acontecendo. Com isso, eles são responsáveis em tratar da assistência ao usuário que estão sofrendo dia e noite com esses problemas. Concluindo informou que hoje o Hospital Municipal Pedro II voltou a atender as demais regiões e que por isso deixou de ser Hospital Municipal para ser Hospital Estadual porque atende Mangaratiba, Itaguaí, Nova Iguaçu, Japeri e por aí vai; inclusive tem pessoas de além Paraíba que vão fazer tratamento no Hospital. Reafirmou dizendo que o hospital deixou de ser Municipal para ser Estadual, essa é a questão do Hospital Municipal Pedro II. A **conselheira Sheila Marino** pergunta qual é a OS que está no Hospital. O **conselheiro Geraldo Batista** responde que a OS do contrato é a SPDM. Nesse momento, o **conselheiro Mauro André** interrompe a fala do conselheiro Geraldo Batista informando que é a mesma OS envolvida em roubos e escândalos. A **conselheira Sheila Marino** se surpreende e pergunta se é a mesma. O **conselheiro Mauro André** diz que sim. O **conselheiro Geraldo Batista** prosseguiu informando que não é. O **conselheiro Mauro André** responde que é. O **conselheiro Geraldo Batista** responde que acompanha a OS e que o conselheiro Mauro André não pertence ao Conselho da AP. 5.3 e, que por isso, que ele fale o que conhece. Que fale então do IABAS na AP 5.2. Sugeriu para que ele participe do Conselho e que não fale da região a que não pertence. Portanto, que participe do Conselho e faça o papel de conselheiro. Nesse momento, a **conselheira Angélica de Souza** toca o sino informando o término do tempo. O **conselheiro Geraldo Batista** responde ao conselheiro para ele não se meter com a OS da AP. 5.3, pois o conselheiro Mauro André terá que provar a acusação que fez contra a SPDM e, por falar isso por acaso vai ser processado e que ainda o conselheiro Mauro André é um otário. **Conselheira que não se identificou** disse "o que é isso". O **conselheiro Geraldo Batista** repete que é isso mesmo, ele é um otário. O **conselheiro Mauro André** retruca dizendo que o conselheiro Geraldo Batista está fazendo um show de cena. O **conselheiro Geraldo Batista** retruca dizendo que o show de cena é ele. O **conselheiro Mauro André** revida dizendo que o conselheiro Geraldo Batista está fazendo barraco. Por sua vez, o **conselheiro Geraldo Batista** disse que barraco é o que o conselheiro Mauro André fez ao dar um show. Que então participe do Conselho Municipal, que participe e seja ativo no Conselho Distrital da Área da AP. 5.2. A **presidenta Fátima Lopes** assume o microfone amenizando os ânimos e pede aos dois conselheiros para tomarem um cafezinho. **Conselheiro que não se identificou** disse para o conselheiro Geraldo Batista não perder a linha. Este responde que perde a linha mesmo porque é assim, dizendo ainda que perde a linha porque o conselheiro Mauro André está se metendo no trabalho dos outros. A **presidenta Fátima Lopes** e a **conselheira Patrícia Albuquerque** chamam o conselheiro Ludugério Silva para falar. A **conselheira Júlia Daniela** pede, por favor, ao conselheiro Geraldo Batista para se conter. O **conselheiro Geraldo Batista** responde que "pelo amor de Deus", vocês sabem que se provocar vai ouvir. Comigo é assim. Ele me provocou e vai ouvir. Ele disse ainda que não vai calar a boca, porque não está no conselho. A **presidenta Fátima Lopes** responde que ninguém mandou ele calar a boca. O **conselheiro Geraldo Batista** disse então para chamar a atenção do conselheiro Mauro André e não a sua, pois educação ele tem que ter. O **conselheiro Mauro**

André pediu de forma irônica calma ao conselheiro **Geraldo Batista** para ele não tenha problema de coração. O **conselheiro Geraldo Batista** responde que graças a Deus o coração está bom. Com 53 anos o coração está novinho. A **presidenta Fátima Lopes** pede calma aos dois. O **conselheiro Geraldo Batista** diz que o conselheiro **Mauro André** tem que falar o que sabe. A **presidenta Fátima Lopes** chama novamente o **conselheiro Ludugério Silva** que tomando a palavra desejou uma boa tarde a todos. Nesse momento, o **conselheiro Geraldo Batista** interrompe dizendo que é isso mesmo, não tem que ter nessa (palavra de baixo calão). Nesse momento a **presidenta Fátima Lopes** assume o microfone avisando ao conselheiro para ver o que fala. **Conselheira que não se identificou** diz que assim é demais. O **conselheiro Geraldo** responde se tá demais então. Nesse momento, **outra Conselheira que não se identificou** diz que isso é um desrespeito, acompanhando o conselheiro **Mauro André** também falando fora do microfone que é um desrespeito. **Conselheiro que também não se identificou** disse que o Conselho Municipal é um ambiente de respeito. O **conselheiro Geraldo Batista** responde que o conselheiro **Mauro André** começou toda provocação. A **conselheira Angélica de Souza** toca o sino novamente. **Outra conselheira que não se identificou** disse que assim é demais. O **conselheiro Geraldo Batista** responde: dane-se para mim é assim. O **conselheiro Ludugério Silva** assume o microfone dizendo que está desistindo de dar o seu informe. Prossegue novo bate boca fora do microfone entre os **conselheiros Geraldo Batista e Mauro André**. A **presidenta Fátima Lopes** mais uma vez pediu calma ao conselheiro **Geraldo Batista** dizendo que já ouvi falta de respeito no Conselho. Porque ele tem que ser o Cristo, pergunta também quem falou palavrão. **Conselheira que não se identificou** disse que foi o conselheiro **Geraldo Batista** que ainda chamou o conselheiro **Mauro André** de otário. O **conselheiro Geraldo Batista** assumindo o microfone responde que por acaso dizer otário é palavrão. **Conselheira que não se identificou**, disse que é. Fala ainda que tem que ter uma Comissão de Ética no Conselho. O **conselheiro Geraldo Batista** responde Comissão de Ética fica aí. O **conselheiro Mauro André** assume o microfone dizendo que isso é falta de respeito no Plenário. Retrucando o **conselheiro Geraldo Batista** diz que o conselheiro **Mauro André** foi quem começou a falar dele ao se metendo no informe que estava dando. Nesse momento, o **conselheiro Mauro André** interrompe a fala do conselheiro **Geraldo Batista** respondendo que não falou nada, só falou que a SPDM 'comeu' é o que está nos jornais. **Conselheira que não se identificou** disse que isso é uma vergonha. O **conselheiro Geraldo Batista** assume novamente o microfone dizendo que a vergonha passou. A **presidenta Fátima Lopes** pede ao conselheiro **Geraldo Batista** respeito a Mesa e as pessoas que estão no Pleno. Em seguida pediu a ambos que se acalmem os ânimos. Afirma que agora todos entenderam que em alguns momentos é melhor ficar calado do que começar uma discussão. A **presidenta Fátima Lopes** pediu o favor a **conselheira Maria Clara** dar o seu informe. Tomando a palavra informou a todos que estão na primeira reunião do ano e tem que ir com calma já que terão doze meses pela frente. Para isso, todos precisarão estar unidos e com tranquilidade porque se houver desentendimentos no Conselho o que os conselheiros vão conseguir lá fora. A **conselheira Sheila Marino** tomou a palavra respondendo que não conseguirão nada. Prosseguindo, a **conselheira Maria Clara** informou a todos de terem paz. Aplausos. Prosseguiu dizendo que entende o lado dos conselheiros **Geraldo Batista e Mauro André**, mas o melhor é todos se respeitarem, enquanto pessoas já que todos estão lutando pelo mesmo ideal que é a melhoria da qualidade de vida de pessoas que não podem estar no Conselho. Em seguida informou ao Pleno que o seu informe será rápido. Disse que dia 29 de fevereiro costumam comemorar o dia das doenças raras, mas como esse ano fevereiro teremos 28 dias e que cairá no meio do carnaval, que devido a isso irão fazer a apresentação das doenças raras no período de 13 até 17 de março. Ressalta que já têm o cronograma: dia 13 irão fazer

a divulgação com panfletagem na Cinelândia. Dia 14, terça-feira irão fazer a apresentação com várias organizações e instituições que representam pacientes com doenças raras divulgando-as. Afirmou que seria interessante que os conselheiros participassem porque tem doenças que nunca ouviu falar e com certeza os conselheiros também não. No dia 15 farão uma Audiência Pública na Câmara dos Vereadores. No dia 16 participarão de um Simpósio na Universidade Veiga de Almeida falando sobre doenças raras. Reafirmou que gostaria de contar com a participação, colaboração e presença de todos do Pleno. Em seguida se despede agradecendo. Aplausos. A **presidenta Fátima Lopes** diz para todos esperarem um pouco mais porque a conselheira Patrícia Albuquerque está se comunicando com o Gabinete do Secretário sobre a vinda do mesmo à essa reunião. A **conselheira Patrícia Albuquerque** comunica a todos do Pleno que o Secretário está numa agenda com o Prefeito. Informou não saber quanto tempo irá demorar e, o Secretário pediu para enviar suas desculpas mas na próxima reunião estará presente, já que ele quer ter calma para poder conversar e dar atenção a todos. Entretanto, informou também que ele poderá convocar uma reunião extraordinária, mas acredita que ele seguirá a agenda do Conselho. Finalizando agradeceu em nome do Secretário a atenção. Tomando a Palavra, a **presidenta Fátima Lopes** fala que já deliberaram tudo e quer agradecer a presença de todos, reafirmando que sejam todos bem vindos na próxima reunião. Finalizando envia um beijo no coração de todos. Nesse momento, alguns conselheiros começaram a sair da plenária e **conselheira Patrícia Albuquerque** pediu a todos que retornassem porque o Secretário está subindo para se apresentar. Nesse momento ocorre um grande burburinho no auditório. A **conselheira Margarida Frouf** falando fora do microfone fez um questionamento. Contudo, a **conselheira Patrícia Albuquerque** respondeu informando que recebeu no celular a informação de que o Secretário não poderia vir. Nesse instante, o Secretário adentra na reunião do Conselho. A **presidenta Fátima Lopes** diz que agora estão presentes, a **professora Ercília** e o **Secretário de Saúde Carlos Eduardo**. Aplausos. A **presidenta** os convida para sentarem à Mesa do Conselho. Em seguida, tomando a palavra o **Senhor Secretário** desejou boa tarde a todos informando que é o novo Secretário de Saúde e que estará com todos por quatro anos. Ressaltou que é uma honra recebê-los e que as cobranças quando feitas que irá corresponder. Em seguida, a **presidenta Fátima Lopes** faz a apresentação ao Secretário de Saúde da composição dos membros da Comissão Executiva e do secretário executivo e conselheiro David Lima. Reafirmou que é a presidenta do Conselho Municipal de Saúde. Em seguida, apresenta os membros presentes à reunião do Colegiado dizendo para que fique a vontade. O **Secretário de Saúde Carlos Eduardo** agradeceu a oportunidade de estar no Conselho e saúda a todos do pleno. Disse que será um ano difícil e de muitas incertezas, principalmente no que diz respeito à parte fiscal, a parte financeira mas também um ano de muita coragem e de união em torno da saúde. Será também um ano de muitos desafios, pois há uma fila no SISREG que os conselheiros sabem que é uma fila dos desamparados, uma fila que tem que ser dada uma solução. Informou que foi ampliada a Estratégia de Saúde de Família. Isso foi muito bom, porque subiu de 5% para quase 70% de pessoas atendidas dando acesso à população, que há muitos anos atrás ficava em torno dos hospitais de emergências, nas filas infindáveis que dobravam os quarteirões. Disse também que esse acesso gera uma demanda por consultas com especialistas por exames e cirurgias porque tem mais de 130.000 pessoas nessas filas. Afirmou que estão negociando e conversando com as outras esferas, no sentido delas os ajudarem, principalmente os Hospitais Federais que tem grande força de consultas com especialistas. Revelou que o sonho do município é formar uma Central Regulatória única, uma fila única em que o município seja gestor dessa fila, porque o município é a assistência. Então tem que regular essa fila de forma hábil, rápida e satisfatória

para o cliente que é o usuário do Sistema Único de Saúde. Disse que existe uma questão de uma possível epidemia de aborvirose que está assolando o município, pois está chegando o verão que é a estação das chuvas e do calor intenso, onde o ciclo do mosquito se encurta. Então teremos mais mosquitos e mais água. Afirma que já fizeram o protocolo clínico de atendimento nas Unidades do município, treinaram a rede durante um dia inteiro através dos líderes. Esses líderes estão levando esses conhecimentos a todos os outros líderes que são funcionários da rede. Assim irão falar a mesma 'linguagem'. Informou que estão intensificando as ações de combate ao vetor que é o mosquito aedes aegypti transmissor de seis vírus: dengue um, dois, três e quatro, Zika e Chikungunha. Explica o modo como fazem isso: orientando as donas de casa a combater o vetor na sua residência, porque 82% dos focos de mosquitos estão dentro de casas, fora das residências, nas comunidades 18% dos focos estão nos depósitos de lixo em garrafas, pneus. Informa que num único dia, retiraram sete mil pneus abandonados nas ruas, isso é uma temeridade já que os pneus atuam como criadores de mosquitos. Deixou claro que os seres humanos não têm imunidade para Chikungunha. Por isso, todos estão vulneráveis e precisarão da interação das três forças, dos conselheiros e de todos os profissionais e principalmente da ajuda da população porque a taxa de ataque é de 50%, 50% de 6.500.000 habitantes que corresponde a 3.250.000. Então a Cidade pode ter uma epidemia de grandes proporções. Alertou que esse tipo de epidemia faz com que qualquer sistema de saúde se ressinta, porque são muitas pessoas que podem ficar doentes. Disse o que estão fazendo sobre o desafio das OS's. Estão criando mecanismos para melhorar a fiscalização principalmente no que diz respeito à qualidade dos serviços prestados, pois tem que cobrar que os contratos para que sejam cumpridos na sua eficiência para que a população possa ter esse serviço prestado de maneira correta. Aplausos. O **Secretário de Saúde Carlos Eduardo** ressalta uma questão que muito tem sido falada e não pode ser esquecida: O Plano de Cargos e Salários, inclusive informa que o Prefeito deu autorização a ele de fazer e, elaborar novamente ainda este ano o Plano para retornar à Mesa de Negociação. Entretanto, a implantação do Plano irá depender da saúde financeira da Prefeitura. Informa que isso foge da sua alçada de Secretário, mas o que percebe é um coração verdadeiro que quer fazer o melhor para os seus servidores. Então não tem dúvida que de uma forma ou de outra, o Plano será elaborado aos poucos. Para isso, afirma que juntamente com o Vereador Paulo Pinheiro têm uma emenda na Câmara dos Vereadores e que cada ano invertem, ou seja, uma hora é autor outra hora é o Vereador Paulo Pinheiro que é um grande colega, um grande companheiro, um Vereador ficha limpa combativo que muito irá ajudá-los, não só com ajuda que já vem dando ao Secretário, como principalmente as críticas, porque todos estão sujeitos as críticas. Portanto, quando o Secretário estiver no caminho equivocado contará com a ajuda dos conselheiros para corrigir o meu erro, pois não pode errar e não temos tempo de errar, temos que acertar e, só acertaremos se estivermos unidos no mesmo propósito. Informou ao Pleno que será uma gestão transparente, pois não têm nada para esconder. Informou ainda que o Vereador Paulo Pinheiro tem uma Lei de transparência das OS's que irão colocar em prática, porque não podem ficar omitindo e escondendo dados. Contudo, ressalta que não está insinuando que isso foi feito, mas existe uma grande reclamação em relação à facilidade de obter dados na rede municipal. Disse que já esteve conversando com o Ministério Público de que isso é uma promessa que a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro tem que cumprir que, seja dada transparência, pois o "melhor detergente é a luz do sol". Então como estamos junto com os senhores e senhoras conselheiros(as), "vamos clarear e botar o sol encima" das informações que a sociedade tem pressa e grande interesse em saber. Por isso, não podemos ficar dificultando o acesso a essas informações. Reafirmou que contará com os conselheiros para que cada dia a mais melhorem o que foi feito, porque na verdade

essa alternância de Secretários, de Prefeitos é salutar é uma corrida de revezamento, onde quem entra apóia todo o trabalho que foi feito melhorando e avançando. Por isso, espera quem vier a sucedê-lo avance nas conquistas que junto com os conselheiros desse Colegiado irão desenvolver. Por isso, agradeço mais uma vez. A **conselheira Miriam Andrade** interrompe o Secretário perguntando sobre o concurso de 2011 de auxiliar de enfermagem. O **secretário** respondeu que irão ver tudo isso mas que agora está preocupado com a Chikungunha. A **conselheira Miriam Andrade** responde que a Chikungunha está ligada ao banco de concursados. O **secretário** então informa que hoje foi ao Hospital Jesus e a doutora Ariane, uma das melhores diretoras da rede, disse que tem duas salas de centro de cirurgia fechadas e tem 250 crianças para operar. Que a diretora ainda ressaltou que na fila do SISREG todos sabem que tem 3.200 pessoas/crianças para operar mas como tem duas salas fechadas por causa da falta de técnicos de enfermagem e de enfermeiros, que tem um concurso dentro do prazo de validade e que já pediu pessoalmente ao Prefeito em suas andanças com o Prefeito pela rede, pois estão indo em todas as unidades. O mesmo pedido é feito: “chama o banco de concursados”. Esclarece que no seu planejamento tem o chamamento em quatro etapas até zerar o banco de concursados. Porém, esclarece que vai depender da saúde financeira da Prefeitura, da Lei de Responsabilidade Fiscal e, como Secretário de Saúde pode até marcar uma reunião com a categoria, com o Prefeito também para pedir que se sensibilize, pois é um homem que vai se sensibilizar como já está sensibilizado. Porém, o Prefeito tem a grande preocupação nesse início de governo em saber qual é a situação financeira real. O **Secretário** prosseguiu esclarecendo a todos que se puder irá chamar o banco, informando diretamente a conselheira Miriam Andrade ficar tranquila que isso é uma promessa. A **conselheira Miriam Andrade** assume o microfone dizendo que só falta chamar 176 auxiliares de enfermagem de 2011. Entretanto, o **Secretário** respondeu que ainda falta um banco de enfermeiros técnicos de 2013, porque segundo informado, é necessário chamar esse banco. O **conselheiro Marinaldo Silva** diz ao Secretário de Saúde Carlos Eduardo que além do chamamento dos profissionais auxiliares e técnicos de enfermagem, também têm um déficit de outros profissionais de outras categorias na Saúde. Que tem banco de concursados e até que não tem banco, o Secretário concorda. O **conselheiro Marinaldo Silva** prosseguiu dizendo que quando a conselheira Miriam Andrade abriu a questão da pergunta é no sentido de concursos públicos. É isso que opino que deva ser feito. O **Secretário de Saúde Carlos Eduardo** concorda e diz que o concurso deve vir sempre na frente de qualquer outra forma de vínculo empregatício. Aplausos. Prosseguiu dizendo que hoje existe um banco de enfermeiros e técnicos que vai vencer mas a Secretaria de Saúde precisa desses profissionais na rede municipal. Nesse momento, o **Senhor Nereu Lopes** diz ao Secretário que têm ouvido na mídia, do próprio Prefeito sobre a questão de acabar com a dependência de cirurgias fazendo mutirão. Pergunta como está o encaminhamento do acordo entre a rede, que inclusive está se colocando a disposição. O **Secretário** agradece e informa que agendou uma reunião para amanhã com os diretores dos Hospitais Municipais, porque quer saber quantas pessoas estão na fila interna e o que precisa ser feito para operá-las. Informa que em paralelo, no dia de ontem, esteve numa reunião com o **Coronel Veiga** que é do Ministério da Saúde para se informar do que os Hospitais Federais podem fornecer de ajuda nas especialidades para a Secretaria Municipal de Saúde. Disse que ele tem até o dia 30 de janeiro para apresentar um plano das filas, ressaltando que estão trabalhando nisso. O **Senhor Nereu Lopes** perguntou como a rede privada vai contribuir já que deve 500 milhões a Prefeitura. O **Secretário** respondeu que essa questão está sendo vista pela parte jurídica da Prefeitura, pois não pode avançar sem o aval jurídico, mas parece que tem que ter uma Lei para ser encaminhada para a Câmara dos Vereadores que só voltará a funcionar dia 15 de fevereiro.

Conselheiro que não se identificou, relatou que as Clínicas da Família fizeram concursos no início de 2016 mas poucos foram chamados. O **Secretário de Saúde Carlos Eduardo** respondeu que nas Clínicas da Família há um processo seletivo feito pelas OS's, ressaltando que tem algumas Clínicas da Família que não foram entregues pela Administração anterior. O **conselheiro Ozeas** assumiu o microfone informando a título de exemplo que esteve na obra da Clínica da Família de Grajaú e que tem até foto de que as obras estão sendo feitas. Porém, a previsão é de entregar ainda em janeiro dizendo que gostaria de ver o Secretário no Grajaú para "meter a chave", cortar a fita e inaugurar a Clínica porque é necessário. O **Secretário** agradeceu. A **conselheira Angélica de Souza** assumiu a palavra dizendo ao Secretário que antes dele chegar a reunião do Conselho Municipal, fizeram uma colocação da questão da Saúde do Trabalhador que querem sensibilizá-lo porque o trabalhador de uma forma geral está à frente disso. Por isso, o profissional, todo o trabalhador da rede de Saúde; esse trabalhador não consegue dar essa qualidade de assistência porque também está doente. Por isso, precisam estar passado isso para sensibilizá-lo mais a frente. O **Secretário** respondeu que irá marcar esses temas. Disse ainda que com o calor que está fazendo nesse momento na plenária do Conselho Municipal de Saúde aqui no auditório Meri Baran, realmente o trabalhador vai perder muito líquido e vai desidratar finalizando sua fala e agradecendo. A **presidenta Fátima Lopes** assume o microfone dizendo ao Secretário de Saúde que a mesma juntamente com o secretário executivo David Lima lhe entregarão documento e que será informado a seguir. O **secretário executivo e conselheiro David Lima** assumiu o microfone informando ao Secretário de Saúde Carlos Eduardo que será rápido, pois o documento coloca o posicionamento do Conselho atual para ajudar na transição. Por isso, o Conselho Municipal de Saúde e os Conselhos Distritais de Saúde, inclusive todos os presidentes dos dez Colegiados Distritais formularam esse documento para orientar o Secretário de Saúde na transição. O **Secretário de Saúde** diz para a professora Ercília que é uma ajuda fundamental o Conselho se colocando a disposição para Secretaria Municipal de Saúde caso necessite nesse período que se inicia, agradecendo. O **secretário executivo David Lima** informa ainda ao Secretário que nesse documento estão às necessidades legais que a Secretaria Municipal de Saúde tem que cumprir junto ao Conselho Municipal de Saúde com toda orientação. A **presidenta Fátima Lopes** faz um adendo dizendo que tem que cumprir junto ao Conselho, tem que cumprir também junto ao Controle Social. Em seguida agradeceu a participação do Secretário de Saúde dizendo que será bem vindo nas próximas reuniões do Colegiado lhe desejando uma boa gestão. O **Secretário de Saúde Carlos Eduardo** agradeceu o convite dizendo que os conselheiros serão respeitados. A **presidenta Fátima Lopes** pediu desculpas e se dirigindo ao Secretário de Saúde disse que os presidentes dos Conselhos Distritais solicitaram. Nesse momento, a fala da presidenta é interrompida pela **conselheira Sheila Marino** fazendo diretamente ao Secretário de Saúde um questionamento. A **presidenta Fátima Lopes** informa a conselheira que o Secretário de Saúde falará sobre isso em outro momento. Contudo, a **conselheira Sheila Marino** insiste falando sobre os espaços públicos porque existem muitos. O **Secretário de Saúde Carlos Eduardo** respondeu dizendo que isso foi muito bem lembrando informando que escreveram um Decreto e entregaram nas mãos do Prefeito Marcelo Crivella que o publicou na íntegra. Sugeriu aos conselheiros que tenham em mãos esse Decreto que foi publicado no primeiro dia da atual gestão. Informou que esse Decreto das Arboviroses, cada conselheiro tem que ler e saber o que tem que ser feito. Ressaltou que o Decreto reza o seguinte: uma das coisas importante é o Poder Público cuidar dos seus ambientes, por isso, cada Secretaria, cada diretor tem que cuidar do seu espaço, pois se todos não fizer o dever que lhes compete ficarão mal diante da Sociedade. A **presidenta Fátima Lopes** dirigido-se ao Secretário que em

nome dos dez Presidentes dos Conselhos Distritais de Saúde agradecem a permanência do secretário executivo David Lima porque foi uma solicitação de todos os Presidentes dos Conselhos Distritais e que foi respondida com uma promessa. Aplausos. A **presidenta Fátima Lopes** agradeceu também a **professora Ercília**. O secretário executivo David Lima respondeu que promessa feita é promessa cumprida. Não havendo mais nada a ser discutido e deliberado é encerrada a reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde às dezessete horas e trinta minutos e eu Marcelo Dionízio Gomes dou por lavrada a ata e assino em conjunto com a Presidente deste Conselho, **conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**.

Marcelo Dionízio Gomes

Maria de Fátima Gustavo Lopes